VANDER LÚCIO SANCHES

A CONTRIBUIÇÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS NA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO COMBATE À FOME

O caso do Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas

INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS

Dissertação de Mestrado em

Serviço Social

COIMBRA, 2021

A Contribuição dos Bancos de Alimentos na Política de Segurança Alimentar no Combate à Fome: O caso do Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas

VANDER LÚCIO SANCHES

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Professora Doutora Jacqueline Ferreira Marques

Coimbra, julho de 2021

Dedicatória

Dedico esta dissertação a ti Jesus Cristo, o seu nome tem poder, rocha minha, redentor meu, tua presença em minha vida é a minha recompensa e a querida Nadir Alvarenga Duque. Pessoa ímpar no qual tive o prazer imensurável de conhecer.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, sem ele nada sou. Se tudo ocorreu bem, desde o momento em que Ele colocou no meu coração o desejo de cursar este curso, só tenho que render graças e gritar bem alto para todo mundo ouvir: “Deus é maior do que tudo que existe, e é melhor em tudo que faz.” Na verdade, vou agradecer somente a Ele, por ter colocado pessoas maravilhosas em minha vida e que fizeram grande diferença na elaboração dessa dissertação. Vou começar pela coordenadora do curso de mestrado a Doutora Fernanda Daniel, sempre muito profissional, ética e de um profissionalismo incrível deu-me orientações necessárias que serviram como divisor de águas na escolha do tema “fome” como o foco da minha dissertação. Em seguida a todos os meus professores com quem tive o imenso prazer de estudar estes dois anos e a minha querida orientadora Professora Doutora Jacqueline Marques, uma benção de orientadora, sempre presente e participativa em tudo. Agregou de forma significativa em meu aprendizado. Outras pessoas que Deus colocou em minha vida que não posso deixar de registrar a gratidão imensurável que tenho por terem contribuído de forma direta ou indireta são elas: Ricardo Carnaval, Sara Aredes de Matos, Nadir Alvarenga, Alan da Silva Melo. Orações dos meus amigos e amigas: Maria do Carmo, Roger Ferreira de Souza, Paulo Pinto de Souza, Marcos Henrique Pereira Santos, Cláudia Beatriz de Matos, Salete de Matos Reis, Mirian Ester Ferreira de Souza, José Santiago Lemos Ferreira. Para finalizar agradeço a Deus pela minha família que sempre me apoiou em meus estudos e que torce sempre por mim; em especial a meu pai Adayr Pereira Sanches e minhas irmãs: Cláudia Heloiza Sanches Silva e Silvana Antônia Sanches Lopes. As minhas queridas irmãs Patrícia Regina Sanches e Kátia Glê Sanches pelo apoio. Enfim, tudo na vida tem um propósito de Deus. Eu creio. “Me leva pro monte”, “Um, dois, três: glória a Deus! Não demore a se decidir! Agindo Deus, quem impedirá? Se Deus é por nós quem será contra nós? Nada irá nos separar do amor de Deus.

Resumo

O tema a contribuição dos bancos de alimentos na política de segurança alimentar no combate a fome, ultilizando o Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas como um estudo, vem trazer um debate significativo, crítico e reflexivo sobre o papel dos bancos de alimentos na luta contra dois problemas sociais sérios que vivemos no Brasil e no mundo. Fome e Desperdício. No combate à insegurança alimentar e ao desperdício de alimentos, surgiram os Bancos de Alimentos, organizações que se encarregam da arrecadação de doações alimentares e coletas urbanas, armazenamento dessas arrecadações e distribuição para entidades assistenciais e educação nutricional. É importante salientar que existem vários programas, planos, políticas e ações que fazem parte do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada no combate à fome. A pesquisa tem como objetivo descrever o processo de implementação e avaliação da política de segurança alimentar de combate à fome do programa Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, localizado na cidade de Contagem, Minas Gerais, Brasil e a avaliação da gestão e impacto do mesmo. De modo a operacionalizar a pesquisa alguns objetivos específicos foram delineados como: identificar os atores envolvidos no processo de implantação dos bancos de alimentos; conhecer as estratégias de captação de alimentos usadas no banco de alimentos; analisar a distribuição de competências e de recursos (orçamentários, financeiros e outros) entre as estruturas burocráticas e entidades com responsabilidade pela concretização do banco de alimentos; conhecer as estratégias e instrumentos de acompanhamento e apoio utilizados no processo de implementação do banco de alimentos; analisar os mecanismos associados a priorização dos públicos e ou instituições destinatárias dos alimentos; compreender o espaço de intervenção dos assistentes sociais nas cadeias de funcionamento do Banco de Alimentos; inferir elementos de vantagens ou potenciais constrangimentos acerca dos Bancos de Alimentos na ótica dos atores envolvidos na implementação do mesmo; analisar a percepção dos atores implementadores acerca do impacto do Banco de Alimentos no combate à fome e desperdício na promoção da segurança alimentar e nutricional e mensurar o resultado alcançado pelo programa Banco de Alimentos na gestão do período de 2017 a 2020. A pesquisa aqui desenvolvida integra-se no paradigma qualitativo ou interpretativo, descritiva, já que pretende descrever um fenômeno, no caso os participantes da investigação são os profissionais responsáveis pela implementação e avaliação do Banco de alimentos. Inicialmente procedemos a um pedido ao banco de alimento do Instituto Ceasa Minas pra fazer a pesquisa sobre a implementação e avaliação do banco de alimentos. A técnica de recolha de dados escolhida foi a entrevista semiestruturada e análise documental. O modelo de constructo da entrevista foi elaborado pelo autor a partir da revisão bibliográfica que permitiu desenhar o modelo de análise que guiou a entrevista. Na implementação, e de acordo com o descrito no ponto ciclo da política pública deste trabalho, consideramos três dimensões: atores, procedimentos e instrumentos. Na fase da avaliação foram criadas três dimensões: gestão, constrangimentos e impactos. Cada uma destas dimensões e seus respectivos indicadores tiveram a pretensão de responder aos objetivos da pesquisa, por meio de questões expressas na entrevista elaborada, que se encontra na Apêndice 2. A análise de conteúdo foi desenvolvida a partir das técnicas de coleta de dados: entrevistas e análise documental. Em seguida foi feita a apresentação e discussão dos resultados de cada dimensão. Para fase de implementação (atores, procedimentos e instrumentos) e para fase de avaliação (gestão, constrangimentos e impactos). Para finalizar foram apresentadas nas considerações finais respostas, apontamentos, sugestões, reflexões e potenciais desafios inerentes a política pública de segurança alimentar de combate à fome.

Palavras-chave: Banco de Alimentos, Fome, Segurança Alimentar, Desperdício.

Abstract

The theme of the contribution of food banks in the food security policy to fight hunger, using the Instituto Ceasa Minas Food Bank as a case study, brings a significant, critical and reflective debate on the role of food banks in fight against two serious social problems that we are experiencing in Brazil and in the world. Hunger and Waste. In the fight against food insecurity and food waste, the Food Banks emerged, organizations that are responsible for collecting food donations and urban collections, storing these collections and distributing them to welfare entities and nutritional education. It is important to point out that there are several programs, plans, policies and actions that are part of the Nutritional Food Security System, which aims to ensure the human right to adequate food in the fight against hunger. The research aims to describe the process of implementation and evaluation of the food security policy to combat hunger of the Food Bank program of the Instituto Ceasa Minas, located in the city of Contagem, Minas Gerais, Brazil and the evaluation of its management and impact. In order to operationalize the research, some specific objectives were outlined, such as: identifying the actors involved in the process of implementing food banks; know the food collection strategies used in the food bank; analyze the distribution of competences and resources (budgetary, financial and others) between bureaucratic structures and entities responsible for implementing the food bank; know the monitoring and support strategies and instruments used in the food bank implementation process; analyze the mechanisms associated with prioritizing the public and/or institutions receiving the food; understand the scope of intervention of social workers in the Food Bank's operating chains; infer elements of advantages or potential constraints about Food Banks from the perspective of the actors involved in its implementation; analyze the perception of implementing actors about the impact of the Food Bank in combating hunger and waste in promoting food and nutrition security and measure the result achieved by the Food Bank program in the management period from 2017 to 2020. The research developed here is part of the qualitative or interpretive, descriptive paradigm, as it intends to describe a phenomenon, in which case the research participants are the professionals responsible for implementing and evaluating the Food Bank. Initially, we made a request to the Instituto Ceasa Minas food bank to carry out research on the implementation and evaluation of the food bank. The chosen data collection technique was the semi-structured interview. The interview construct model was elaborated by the author based on a literature review that allowed the design of the analysis model that guided the interview. In the implementation, and as described in the point of the cycle of public policy of this work, we consider three dimensions: actors, procedures and instruments. In the evaluation phase, three dimensions were created: management, constraints and impacts. Each of these dimensions and their respective indicators were intended to respond to the research objectives, through questions expressed in the elaborate interview. Content analysis was developed from data collection techniques: interviews and document analysis. Next, the results of each dimension were presented and discussed. For the implementation phase (actors, procedures and instruments) and for the evaluation phase (management, constraints and impacts). Finally, answers, notes, suggestions, reflections and potential challenges inherent to the public food security policy to fight hunger were presented in the final considerations.

Keywords: Food Bank, Hunger, Food Security, Waste.

Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.

"Mahatma Gandhi"

"Seja grato na alegria, na dor e sofrimento, seja grato pela cruz, seja grato por Jesus, seja grato levantando, seja grato adormecendo, seja grato louvando, seja grato adorando, seja grato na igreja, seja grato na peleja, seja grato para sempre, isso é gratidão"

"Sanches Green"

Índice

Dedicatória III
Agradecimentos III
Resumo IV
Abstract V
Epígrafe VI
Introdução 1
Apresentação do Estudo e sua Pertinência 1
Conceito de Políticas Públicas 3
Ciclo da Política Pública 4
Direito à Alimentação e Segurança Alimentar 6
Políticas Sociais de Enfrentamento à Fome 8
Banco de Alimentos 11
Materiais e Métodos 14
Objetivos e Tipo de Pesquisa 14
Modelo de Análise 14
Quadro 1 – Modelo de Análise 14
Âmbito e Participantes 18
Instrumento de Recolha dos Dados 18
Estratégias de Análise dos Resultados 19
Apresentação e Discussão dos Resultados 20
Implementação da Política de Banco de Alimentos 20
1ª Dimensão (Atores) 20
2ª Dimensão (Procedimentos) 23
3ª Dimensão (Instrumentos) 31
Avaliação da política de Segurança Alimentar e Combate à Fome 33
4ª Dimensão (Gestão) 33
5ª Dimensão (Constrangimentos) 40
6ª Dimensão (Impactos) 42
Considerações Finais 43
Referências Bibliográficas 47

Introdução

O presente trabalho, inserido no âmbito do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga, foi elaborado por um aluno internacional, residente no Brasil, pelo que foi escrito com português do Brasil e teve como âmbito a realidade brasileira.

Apresentação do estudo e sua pertinência

Existe uma causa fundamental para a fome no Brasil: a incapacidade de acesso aos alimentos, devido a falta de poder aquisitivo de uma parcela não desprezível da população. Esta não é, no entanto, a única causa, que ameaça a segurança alimentar e nutricional no Brasil, podendo-se apontar: a falta de acesso aos bens de produção, nomeadamente na área rural e para aqueles que não têm terra; o crescimento das importações de alimentos, deixando a soberania alimentar do país ameaçada; a falta de sustentabilidade do sistema alimentar; a imposição de um padrão alimentar inadequado e que ameaça valores culturais de grande riqueza da nossa alimentação; a falta de acesso aos serviços públicos (água, esgoto, educação e saúde) que têm impacto sobre a segurança alimentar e; a falta de acesso à informação, instrumento básico para aqueles mais vulneráveis à fome e desnutrição.

O trabalho desenvolvido pelas entidades do Terceiro Setor no Brasil têm-se destacado na luta contra a fome. Com intuito de garantir a segurança alimentar e nutricional, e diminuir o impacto da fome e do desperdício de alimentos, vários programas, projetos, políticas sociais públicas, leis e normas foram criados. Estes instrumentos foram elaborados de modo a ir ao encontro da Declaração Universal dos Direitos Humanos que em seu artigo 25º refere que "toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação", da Constituição Federal do Brasil que no seu artigo 6º considera que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados" e, finalmente, da FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, FAO[1].

É necessária a união do governo, sociedade civil, pessoas jurídicas e físicas para que a garantia do direito a alimentação seja uma realidade. Trata-se de uma tarefa que exige um

[1] A FAO é uma das agências das Nações Unidas, que lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza, pois, elaboram e discutem políticas ligadas à agricultura e alimentação.

trabalho em cooperação, em vários momentos, desde a captação e distribuição de alimentos, a conscientização dos empresários sobre a importância da responsabilidade social, da sustentabilidade ambiental, assim como, a conscientização de toda sociedade sobre o desperdício dos alimentos comprados e não consumidos que vão parar no lixo. No comércio a qualidade e beleza dos alimentos é uma exigência dos clientes que não pagam por produtos que não estejam dentro dos seus padrões de consumo, pelo que um dos desafios para combater o desperdício alimentar, neste campo, é a sensibilização dos comerciantes para que possam doar esses alimentos. Desse modo, podem contribuir para a missão dos bancos de alimentos, nomeadamente na garantia do direito à alimentação e, desse modo, para além de garantir alimentos a quem não os têm, evita o desperdício e contribuem para um meio ambiente sustentável e economicamente mais justo.

Este é um combate que não é apenas do Estado, as instituições do Terceiro Setor contribuem de forma significativa no combate a fome e desnutrição no Brasil. Para isso, recebem recursos financeiros públicos e, consequentemente, assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos e políticas nesse campo.

O Brasil criou e implementou vários programas para erradicar este problema, nomeadamente, e de acordo com Aranha (2010), o Programa Fome Zero, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), complementado pelo Programa Nacional de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como restaurantes populares e cozinhas comunitárias, a construção de reservatórios para captação de águas pluviais no semiárido e os bancos de alimentos. Este último foco da pesquisa desenvolvida.

Com esta pesquisa pretende-se compreender de que modo ocorre a implementação e avaliação da política de banco de alimentos como política pública social.

Para Marques (2016, p.35-36) o itinerário da política pública pode ser dividido em três fases: “formulação, implementação e avaliação”, todas “capazes de influenciar o processo da política pública”.

Importante salientar, que o programa do Instituto Ceasa Minas é uma parceria do Estado com o Terceiro Setor. O Estado assume o papel primordial na fase da formulação da política, sendo o terceiro setor, neste caso o Instituto Ceasa Minas, quem assume o protagonismo nas fases de implementação e avaliação da política do Banco de Alimentos.

Desse modo iniciamos com a questão de partida: de que modo ocorre o processo de implementação da política de Banco de Alimentos e qual a avaliação do mesmo?

Conceito de Políticas Públicas

O conceito de política pública é amplo. Muitos dos conceitos são complementares entre si.

Tonin (2014, p.39) afirma que políticas públicas são:

> um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução de problemas sociais, ou seja, são as metas, planos e ações que o governo, nas três esferas, federal, estadual e municipal, tem para atingir o bem-estar da sociedade. A partir de todas essas definições, podemos definir políticas públicas como uma forma de ação do governo voltada para a população para atingir seu objetivo, de modo a aumentar o bem-estar social. Lembrando que as ações que serão adotadas são definidas pelo que os governantes entendem como prioridade, e não a sociedade, ou seja, o bem-estar social é definido sempre pelo governo, já que é impossível a população se expressar de forma totalitária.

Segundo Souza (2006) política pública pode ser definida como a área do conhecimento que procura, simultaneamente, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação e, quando se fizer necessário, estudar mudanças no caminho dessas ações. A formação das políticas públicas é constituída no momento em que os governos (nacionais, estaduais e municipais) democráticos espelham seus propósitos e e ações que irão resultar em mudanças para a população.

Dito de outra forma, as Políticas Públicas são todas as ações, metas e planos que os governos estabelecem com o objetivo de gerar o bem-estar da sociedade e interesse público.

Os governantes definem as prioridades com base no que eles entendem como sendo as demandas ou expectativa da população. Ou seja, a definição de bem-estar da sociedade não é definida por ela mesma, mas sim pelo governo. A sociedade realiza pedidos a seus representantes e estes ao Poder Executivo para que atendam as demandas da população (SEBRAE, 2008).

Nesse seguimento, Höfling (2001), define as políticas sociais, como ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado para a distribuição dos benefícios sociais, tendo em vista a diminuição das desigualdades estruturais causadas pelo desenvolvimento socioeconômico. Esta definição vai ao encontro da Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 3º refere que um dos objetivos do Estado é "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

Para Rossini (2018) a alocação de recursos pode ser realizada utilizando como critério o setor de atividade a qual se vincula a política pública, denominando-as:

- Políticas Sociais: definida a partir de ações que estabelecem o padrão de proteção social, objetivando a redistribuição dos benefícios sociais para a diminuição da desigualdade. São aquelas que permitem que a sociedade usufrua dos direitos sociais como educação, habitação, saúde, previdência, assistência, etc.

- Políticas Econômicas: voltada para a gestão da economia interna e a introdução do país na economia externa. Política monetária, cambial, fiscal, agrícola, industrial, etc. são exemplos de políticas econômicas.
- Políticas de Infraestrutura: destinadas a garantir as condições para a implementação e continuidade dos objetivos das políticas econômicas e sociais. São políticas de infraestrutura: política de transporte rodoviário, energia elétrica, combustíveis, mineração e transformação do mineral, oferta de água, comunicações, saneamento básico, etc.
- Políticas de Estado: visam garantir o exercício da cidadania, a ordem interna, a defesa externa e as condições fundamentais à soberania Nacional. Exemplos de Políticas de Estado: direitos humanos, segurança pública, defesa, relações exteriores, etc.

Diante disso podemos entender Políticas Públicas Sociais como as maneiras pelas quais o governo busca o bem-estar da população visando principalmente o desenvolvimento econômico, a eliminação da pobreza, a redução da desigualdade econômica e a redistribuição de riqueza e renda.

Todos os esforços voltados para amenizar o impacto dos problemas sociais na vida dos cidadãos são políticas públicas, no entanto, nem todos os esforços produzem respostas eficientes que vão de encontro ao problema social foco. É necessário que estes esforços sejam monitorados, avaliados no sentido de saber quais deles é necessário um remanejamento ou melhoria no sentido de potencializar o resultado já esperado tanto pelo gestor como pela sociedade, esse resultado é chamado, segundo Rossini (2018) de satisfação social.

Gianezini (2017) nos esclarece que é bem complexo a definição de políticas públicas por não se tratar de uma teoria, mas sim de uma diversidade de conceitos, pelo que, por mais que o termo “políticas públicas” esteja diretamente ligada ao Estado, nem todos terão o mesmo entendimento. Esta temática tem sido construída desde a década de trinta com a contribuição de autores como: Lasswell 1936, Simon 1957, Lindblom 1959, Easton 1936, Lynn 1980, Peters 1986, Mead 1995, Frey 2000, Muller 2000, Teixeira 2002, Saraiva 2006.

Ciclo da política pública

É importante ressaltar que o processo na formulação das políticas públicas sociais varia de autor para autor. Alguns simplificam o processo em poucas etapas, outros, porém explicam de forma mais detalhada. De acordo com Boechat (2014) a formulação das políticas públicas passa por sete fases: definição de agenda, formulação, seleção, legitimação, implementação, evolução e terminação.

Segundo Hayashi (2017), o processo político para dar surgimento a uma política pública se inicia com *inputs* (demandas sociais) ou *withinputs* (demanda do próprio sistema político), de forma a acarretar *outputs* (respostas). Para tal fato, as políticas públicas devem passar por cinco etapas: i) Formação da Agenda (seleção das prioridades), na qual o governo estabelece quais questões têm mais importância social e/ou urgência a serem tratadas; ii) Formulação de Políticas (apresentação de soluções ou alternativas), fase em que o Governo estuda e avalia as medidas que podem ser úteis e eficazes para solução dos problemas; iii) Processo de Tomada de Decisão (escolha das ações), onde é definido quais as ações que serão executadas; iv) Implementação (ou execução das ações), quando as políticas públicas são colocadas em prática e; v) Monitoramento e avaliação, momento em que o governo avalia a eficiência dos resultados e define quais ajustes que podem ser necessários para melhor desempenho da política.

De acordo com Belo (2017) o processo de políticas públicas é tido como um processo político-social que implica sucessivas etapas que vão desde a articulação do problema até à avaliação das soluções encontradas face à questão inicial identificada. Refere, ainda, ser um processo no qual participam múltiplos atores. Para a autora as etapas são cinco: agendamento, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação. O agendamento é a primeira etapa e permite identificar os assuntos sobre os quais, a classe política se incumbe, sobre os quais recai a atenção política. Trata-se de incluir o tema no ciclo político, de forma a ser encontrada uma solução, uma determinação política, que poderá culminar na sua execução e implementação. Na formulação existe o reconhecimento por parte da classe política da necessidade de legislar sobre os problemas ou necessidades identificados no agendamento. Deste modo, formulam aquilo que consideram ser a possível solução e/ou resposta, num processo de escolhas das diversas respostas possíveis.

Na tomada de decisão faz-se o questionamento das etapas anteriores e de se aferir se as opções em consideração correspondem ou não aos propósitos da política pública.

De acordo com Belo (2017) as duas etapas finais são:

> **Implementação:** a aplicação das soluções encontradas para os problemas identificados, passa pelo momento da implementação das políticas públicas, onde a aplicabilidade das medidas é testada e onde, numa generalidade e por uma recorrente determinação de funções, a administração pública é chamada a agir e a executar o que a classe política definiu. Após a determinação oficial da política pública e da definição dos objetivos, o número e tipo de atores intervenientes envolvidos expande-se para além do subconjunto de atores iniciais que tomam decisões de política de forma a abranger o universo político de atores com interesse na matéria tratada. (Belo, 2017, p.54).
> **Avaliação:** o ciclo político culmina na etapa da avaliação, na etapa em que há uma revisão de todo o processo, e do que na implementação da política pública não obteve o sucesso esperado face ao determinado no momento da formulação, sendo possível demarcar que objetivos foram concretizados e quais os que ficaram aquém das expectativas. O processo,

> bem como os resultados, são alvo de uma avaliação, alvo de uma verificação de procedimentos, no sentido de veicular a transparência tanto da seleção como da ação dos atores responsáveis pela implementação da política pública. Numa perspectiva de aprendizagem da política pública, a avaliação permite, mais do que uma aferição de benefícios e fracassos de uma determinada política, possibilita a aquisição de conhecimentos sobre a dinâmica do processo entre os decisores políticos, bem como dos vários intervenientes no processo do ciclo político (Belo, 2017, p.58).

Independentemente da quantidade de fases ou ciclos que cada autor explica como sendo necessários para explicar o processo de uma política pública social, na presente pesquisa será abordada apenas duas fases: ***implementação e avaliação***.

Direito à Alimentação e Segurança Alimentar

O direito à alimentação tem alcançado cada vez mais uma dimensão mundial com discussões relevantes. Como base internacional temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Cúpula Mundial da Alimentação, o Comentário Geral 12 do Comitê DESC - Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, a CMA - Cúpula Mundial de Alimentação e as Diretrizes Voluntárias dos Estados.

No âmbito nacional temos a Constituição Federal e leis específicas, a ratificação do PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta última lei institui o SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que promove o DHAA - Direito Humano a Alimentação Adequada e, desse modo, reafirma as obrigações do Estado em respeitar, proteger, promover e prover a institucionalização de necessidades de instrumentos de monitoramento e exigibilidade. Para além disso, institucionalizou o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar, a política da SAN – Segurança Alimentar e Nutricional e a PEC 47/2003 que insere a alimentação entre os direitos sociais.

Conforme o artigo 3º da Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006

> a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Conforme Adas (1988) a fome é uma situação em que uma pessoa fica, durante um período prolongado, carente de alimentos que lhes forneçam as calorias (energia) e os elementos nutritivos necessários à vida e a saúde do seu organismo. Assim uma boa alimentação requer, entre outros fatores, que os alimentos ingeridos sejam suficientes para fornecer a energia equivalente àquela dispendida pelo organismo nos trabalhos realizados. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a

Organização Mundial de Saúde (OMS), as calorias mínimas diárias devem ser em média: 2.258 no Paquistão, 2.200 em Bangladesh, 2.475 no Marrocos, 2.110 na Índia e 2.390 no Brasil.

Segundo Pinto e Adão (2018), o mundo social, aquele que existe desde as civilizações pioneiras, sempre sofreu com a fome. Há de se falar sobre os contratualistas, filósofos que desenvolveram teses sobre a criação do contrato social e do estado (lê-se governo federal). Segundo eles, este foi firmado para manter a segurança, sabendo que no Estado Natural, havia muita insegurança social e medo.

Diante disso, Júnior (2008 apud Pinto e Adão, 2018) suscitam que na forma de agir dos humanos, se alimentando e procurando, haveria implicitamente, questões biológicas, já que para atuar, os homens teriam que estar alimentados, de forma equilibrada, podendo o corpo desempenhar suas funções corretamente. Sendo ainda relevante, que a cultura social influencia em toda cadeia de atos humanos.

Segundo Gonçalves, Campos e Sarti (2011, p.94, apud Escorel 1994) a "fome não é diagnostico registrado nos prontuários de atendimento ou nos certificados de óbito. É o cotidiano da exclusão, além da fome, está associado a uma maior vulnerabilidade às mortes e doenças por grupos de causas relacionadas com a violência" (p.42).

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, considera-se que segurança alimentar consiste na "realização do direito de todos ao acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais". A expressão segurança alimentar apareceu pela primeira vez, após o término da 1ª Guerra Mundial quando mais da metade da Europa estava devastada e sem condição de produzir alimento (Belik, 2012).

O direito humano à alimentação adequada é previsto entre os direitos sociais da Constituição, desde a aprovação da CF/88, Emenda Constitucional nº 64, em fevereiro de 2010, sendo introduzido no art. 6º. Antes disso, já estava implícito em outros dispositivos constitucionais tais como no direito à saúde, ao salário mínimo, à assistência social, à educação, à alimentação escolar, à reforma agrária, à não discriminação e o direito à vida, dentre outros (Brasil, 2010).

Segundo Rangel (2016), há pilares para a extinção deste fato, sendo elas, a presença de alimentos de qualidade, em quantidade e de maneira regular, para assim resguardar os direitos e manter a vida. No entanto, nem todos têm a mesma possibilidade de aceder aos alimentos pela sua escassez em determinadas zonas e mesmo quando estes estão disponíveis

para a comercialização eles não estão igualmente disponíveis para todos, devido a fatores como desemprego, falta de recursos, etc.;

Segundo Rangel (2016, p.134):

> trata-se da possibilidade de consumir um conjunto de alimentos de maneira digna, sendo que a extensão de dignidade assume a feição de um ambiente limpo, com talheres e seguindo as normas costumeiras de higiene e as particularidades caracterizadoras de cada etnia ou região. A quantidade dos alimentos ingeridos deve ser suficiente para assegurar a manutenção do organismo e o desenvolvimento das atividades diárias. A regularidade da alimentação assenta suas bases na premissa que as pessoas têm que ter acesso constante à alimentação, sendo esse compreendido como a possibilidade de se alimentar ao menos três vezes ao dia.

Políticas Sociais no Enfrentamento à Fome

O Capitalismo Financeiro, aquele que tende à construção de uma sociedade voltada ao empreendimento de si, se faz um dos maiores motivos geradores da fome no Brasil. É certo que após o período do capitalismo industrial, houve diversas modificações sociais, no entanto, permanecem as desigualdades sociais, a disparidade de alimentação entre as classes sociais e a insuficiência de poder de compra.

Segundo Castro (1980, apud Bonfim, 2004) há uma bifurcação conceitual sobre os tipos de fome, é citado a epidêmica e endêmica. Sendo, respectivamente, gerada pelas catástrofes ecológicas ou políticas e pela subalimentação. Assim sendo, compreende-se que, a fome se dá pela ação humana e pela natureza, a primeira por motivos políticos, econômicos, sociais, etc., e a segunda por ações indiretas e diretas autônomas da natureza e de coparticipação humana.

Em suma, é meritório discorrer sobre a atuação do Estado contra a fome, esteve sempre de certa forma criando instrumentos para a erradicação ou diminuição desse fato social, mas pelo contrário são muitas das suas ações e decisões que levam à desigualdade (e dificuldade) no acesso aos alimentos. Segundo Bonfim, 2004 (apud Abranches, 1987, p.11):

> A política social intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade. A ação social do Estado diz respeito tanto à promoção da justiça social, quanto ao combate à miséria, embora sejam objetivos distintos. No primeiro caso, a busca de equidade se faz, comumente, sob a forma da garantia e promoção de direitos sociais da cidadania. No segundo, a intervenção do Estado se localiza, sobretudo, no campo definido por escolhas políticas quanto ao modo e ao grau de correção de desequilíbrios sociais, através de mudanças setoriais e reformas estruturais baseadas em critérios de necessidade.

As políticas sociais visam à redistribuição de renda, situação essa que é menosprezada pelo capitalismo e o discurso meritocrático. Sobre o evento da distribuição é necessária uma

atuação democrática e social, objetivando à dignidade da pessoa Humana, sendo a fome apenas uma das consequências dessa má redistribuição e acumulação de renda.

Segundo Bonfim (2004), essas políticas sociais, não são de exclusividade estatal, sendo esse pensamento amplamente desmobilizador, ou seja, essas podem ser contra, junto, separado ao Estado. Não esquecemos, no entanto, que cabe ao Estado utilizar o seu poder para garantir a igualdade e equidade social, combater contra a desigualdade em todos os âmbitos e garantir que o país consegue um desenvolvimento pleno e que tende à dignidade dos seus cidadãos.

No entanto, para alguns paradigmas políticos, tem-se a ideia de que a fome, a não capacidade de se sustentar, é um problema individual do sujeito, tendo ele que lutar pela sua sobrevivência e sustentação. Sendo esse discurso, polarizado no âmbito capitalista, que tende à exploração trabalhista com remuneração inadequada.

Segundo Mattei (2008, p.87-88):

> Atualmente existem diversos métodos para mensurar a dimensão do problema, visando realizar comparações em escala internacional. Dois deles, entretanto, têm sido usados por muitos países para definir suas políticas de combate à fome. O primeiro método é o da "linha da pobreza", que soma o valor da cesta de alimentos mais as despesas não-alimentares (vestuário, moradia, saúde, educação), calculadas como proporção dos gastos alimentares. A partir daí faz-se uma atualização monetária dos valores e calcula-se a proporção de pessoas que ficam abaixo destas linhas de renda. O caso mais comum e conhecido é o do Banco Mundial que, em seu relatório do Desenvolvimento Humano de 1990, estabeleceu o parâmetro de U$$ 1,00 por dia como "linha de pobreza", por ser a linha encontrada nos países mais pobres do mundo."
> "Um segundo método, bastante usado é o que leva em conta as necessidades calóricas dos indivíduos, sendo mais empregados pelos organismos da ONU. A Organização Mundial da Saúde (OMS), geralmente preocupada com a mensuração da desnutrição infantil, projeta o problema em termos de percentuais de pessoas desnutridas em cada país. Já a organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) trabalha com cálculos de disponibilidade interna de alimentos de um determinado país, tendo como parâmetros a produção, o estoque de produtos alimentares e o saldo comercial da agricultura.

No Brasil, a fome é um fato social, de frequentes debates e implantações de programas para sua melhoria e/ou extinção. Historicamente o combate à fome esteve presente em projetos políticos desde seu "descobrimento". No período entre 1937 a 1945, houve o processo de descoberta científica da fome, surgindo a ciência da nutrição, criação de prática profissional em nutrição com cursos nessa área, e instituição de política social de alimentação e nutrição.

Segundo Vasconcelos (2005, apud Castro 1932), foi constatado em estudos a baixa nutrição alimentar de trabalhadores, que gera consequências as vezes irreparáveis como falta de vitaminas essenciais, alta mortalidade e baixa esperança de vida, ou seja, deve-se tentar alcançar não só a alimentação, mas a plena nutrição para as pessoas.

No transcurso do Estado Novo, com a instituição do salário mínimo, e do (SAPS) Serviço de Alimentação da Previdência Social e da (CNA) Comissão Nacional de Alimentação, vê-se a emergência da política social, tendo o Estado tido ações para lhe garantir hegemonia e legitimidade.

Segundo Vasconcelos (2005, p.452-453) em sua conclusão:

> nesse sentido, também é possível afirmar que o processo de construção, desconstrução e/ou reconstrução da política social de alimentação e nutrição acompanhou, de forma articulada, as mudanças ocorridas ao longo desses setenta anos de modernização conservadora da sociedade brasileira. Ao longo da trajetória investigada, sobretudo a partir de meados dos anos 1980, as categorias discursivas e operacionais da política e dos programas de combate à fome no país têm transitado do planejamento autoritário ao participativo; da centralização à descentralização administrativa; da universalização à focalização de benefícios; do controle estatal ao social; dos programas de distribuição de alimentos em espécie ao de tickets e ao de transferência de renda em dinheiro; do financiamento público às parcerias entre público e privado, entre sociedade civil e Estado, entre instituições governamentais e não governamentais; das ações emergenciais ou assistenciais ás mediatas ou estruturais; das ações compensatórias às de emancipação.

O Brasil criou vários programas para erradicar este problema que conforme Aranha (2010), foram: a criação e implementação do Programa Fome Zero, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (Pronaf), complementado pelo Programa Nacional de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PENAI), bem como restaurantes populares e cozinhas comunitárias, como também construção de reservatórios para captação de águas pluviais no semiárido e os bancos de alimentos.

> Segundo o relatório da FAO (Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) em 26 de junho de 2003, o Brasil tem conseguido reduzir o número considerável bom no patamar dos países que sofrem esse mesmo drama, mesmo assim o quadro continua crítico. É inegável que esses programas têm ajudado milhões de famílias, porém é insuficiente para socorrer a população que vive nesse flagelo. Todos os programas sociais citados têm algo em comum que é erradicar a pobreza e garantir a segurança alimentar das pessoas que vivem na miséria. A falta de fiscalização por parte dos responsáveis pela política pública infelizmente possibilitou extravios de alimentos e com isso dificulta outras famílias necessitadas a terem acesso a esses programas (Borges, 2014, p. 3).

Segundo Rangel (2016), a fome não afeta apenas a carne, órgãos, geram feridas, afeta o espírito, seu psicológico e em principal sua moral, ou seja, sua personalidade é totalmente desestruturada. Há, portanto, a fome aguda e crônica, sendo a primeira não relevante à análise, mas a segunda, advém de uma situação de permanência, sendo esta, aquela que decorre da não nutrição diária e da não alimentação, podendo esta ser de pequenas quantidades no dia. A fome crônica fomenta diversas situações biológicas, doenças, que têm efeitos irreversíveis na maioria das vezes, como a letargia e debilidade gradual das capacidades mentais e motoras. Em consequência destes, haverá uma marginalização/

periférica social, perda da autonomia e liberdade econômica, o desemprego por incapacidade de atuar e executar os trabalhos, em principal se for manual/braçal, e por fim, à morte.

Banco de alimentos

Como forma de combater o desperdício de alimentos foram criados os "Bancos de Alimentos", que possuem como um dos focos principais da atuação de iniciativas de recolher, através de doações, selecionar e encaminhar alimentos para o consumo humano, comunitário ou individual. A primeira iniciativa desse projeto com essas características foi em 1967, em Phoenix EUA (Belik, Cunha & Costa, 2012), quando um grupo de voluntários com intuito de preparar refeições para os necessitados, começaram a solicitar doações de alimentos em supermercados e indústrias que descartavam esses alimentos ainda em bom estado de conservação nutricional, sendo apto à alimentação humana. Com o aumento das doações arrecadadas, as cozinhas comunitárias superaram sua capacidade de preparo das refeições, surgindo assim a necessidade de estocar e distribuir os alimentos às entidades filantrópicas (Belik, Cunha & Costa, 2012).

De acordo com Belik, Cunha e Costa (2012), o início da primeira rede nacional de Bancos de Alimentos no mundo foi o voluntário John Van Hengel que impulsionou o estabelecimento da organização *Second Harvest.* Em 1981, foi o surgimento do primeiro Banco de Alimentos no Canadá, na cidade de Edmonton. Em sete anos, o país já possuía um sistema de rede mais desenvolvido e inspirador para outros países. Em 1984 foi a vez da Europa ter o seu primeiro Banco de Alimentos, surgido na capital francesa. Em 1986 foi constituído a Federação Europeia de Bancos de Alimentos. Em 1989 foi criada a Associação Canadense de Bancos de Alimentos. Baseando-se nesses cenários foram criados diversos programas sociais como alternativa no combate do desperdício por oferecer alternativas de distribuição, rápida e direcionada, dos produtos alimentares que perderam seu valor comercial, mas não nutritivo. Os bancos de alimentos, além de proporcionarem o acesso aos alimentos, difundem valores para uma alimentação mais saudável e mobilizam relações comunitárias baseadas nos princípios de solidariedade e eficiência (Belik, Cunha & Costa, 2012).

No Brasil, o movimento de criação de Bancos de alimentos foi tardio em relação a América do Norte e a Europa, pois o surgimento, no ano de 2000, do primeiro Banco de Alimentos, teve iniciativa de natureza não governamental ou paraestatal com a ONG Banco de alimentos de São Paulo e a rede do Serviço Social do Comércio – Sesc. Em 1997, o Sesc iniciou o seu programa de colheita urbana e em 2000 foi inaugurado o primeiro Banco de

Alimentos no Rio de Janeiro e, em seguida, em Fortaleza e Recife. Nesses três anos o projeto foi agregando uma dimensão nacional com a constituição do projeto "Mesa Brasil Sesc" contando com a presença de todos os estados brasileiros de banco de alimento ou projetos de colheita urbana (Belik, Cunha & Costa, 2012).

Ainda segundo os autores, em 2003, todos os Bancos de Alimentos foram incluídos na política de segurança alimentar, contando a partir de então com o apoio do Governo Federal no âmbito do Programa Fome Zero. Além do apoio em termos de recursos para implementação pela constituição de um aparato legal.

A tendência no Brasil é a instalação de unidades de Bancos de Alimentos e de programas de colheita urbana em centrais de abastecimento atacadistas públicas. Podemos citar como exemplo as unidades que possuem estruturas de bancos de alimentos. Em seus principais entrepostos, as centrais de distribuições Ceagesp, Ceasa Minas, Ceasa PR, Ceasa ES, Ceasa GO e Ceasa Campinas (Belik, Cunha & Costa, 2012).

Essa tendência é verificada também em outros países, um exemplo é a Central de Rungis na França, considerada um dos maiores mercados europeu, que implementou em 2008 o "projeto Rungis", com objetivo de encaminhar o excedente não comercializado no entreposto para um banco de alimentos para benefício de entidades assistências (Belik, Cunha & Costa apud Cunha, 2010). Segundo os autores os Bancos de Alimentos operam também como agentes do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.

Os Bancos de Alimentos foram criados com o intuito de ajudar o Estado a garantir o direito à alimentação disposto no artigo sexto da Constituição Federal de 1988.

O Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas foi constituído como uma Associação Civil que atua com o objetivo de minimizar os efeitos da fome e combater o desperdício de alimentos, permitindo que um maior número de pessoas tenha acesso a alimentos básicos, de qualidade e em quantidade suficiente para uma alimentação saudável e equilibrada (FAO, 2014).

Conceitualmente, os Bancos de Alimentos são definidos pelo MDS – Ministério de Desenvolvimento Social, sendo em breve síntese, uma iniciativa de segurança e abastecimento alimentar que objetiva a redução de desperdício alimentar, promovendo a alimentação saudável e nutritiva, consequentemente atingindo o combate à fome.

Alguns fatores geradores das doações de alimentos são: ocorrência de excedentes não comercializados na safra; os preços estão altos em relação aos seus eventuais substitutos e não encontram no mercado; produto de alta perecibilidade e maturação, que perde seu valor para o atacado, produtos maduros; responsabilidade social, solidariedade e *marketing* social.

A questão do desperdício alimentar é cada vez mais uma preocupação global e seu combate está relacionado com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Baseando-se em relatórios da FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação de Agricultura (2014) no Brasil, o desperdício de alimentos acontece nas seguintes etapas: 10% campo; 50% manuseio e transporte; 30% comercialização e abastecimento e 10% varejo (supermercados) e consumidor final. A perda de valor comercial dos alimentos ou produtos ofertados, está relacionada, não com sua perda de valor nutricional, mas sim de danos na aparência dos alimentos ou do consumo não realizado após a compra (Belik et al. 2012).

Ainda segundo os autores o desperdício é essencialmente um fenômeno decorrente da não utilização do consumo dos produtos cuja oferta chegou até a esfera da distribuição (atacado, varejo ou aquisição domiciliar). Com intuito de combater os desperdícios de alimentos foram criados os Bancos de Alimentos com o objetivo de recolher através de doações, todos os alimentos possíveis de serem encaminhados ao consumo humano de instituições que preencham os requisitos para receber os alimentos.

Segundo Belik et al. (2012), o surgimento dessas iniciativas públicas não governamentais, ocorreu inicialmente nos países desenvolvidos, onde o índice de desperdício é proporcional à abundância, para depois ser adotada em outros países. Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, há a conceituação a partir de seis pilares: suficiência, estabilidade, autonomia, sustentabilidade, equidade e qualidade.

Este direito está presente na

> realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Brasil, 2006 apud Gonçalves, Campos & Sarti, 2011, p.94).

O conjunto de Banco de Alimentos, junto com o MDS no financiamento da aquisição de alimentos teve consequências de grande importância nos últimos anos. Estes, também são operadores do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e do (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar. Os Bancos de Alimentos públicos exercem uma função de entre postagem das aquisições federais da agricultura familiar, não tendo relação com o objetivo de combater o desperdício. Esta nova função acarreta numa competição funcional, sendo apenas entreposto da compra direta de produto e não mobilizando a redução do desperdício.

Em todas as centrais de distribuição brasileira encontram-se os Bancos de Alimentos cuja missão e valores estão atrelados à ética e à responsabilidade social empresarial. Devido à

grande diversificação e volume, em termos quantitativos de produtos comercializados, muitos produtos devido a sua durabilidade, logística e armazenamento perdem suas características comerciais, mas mantêm suas características nutritivas, sendo assim podem ser enviados aos bancos de alimentos para que os mesmos através de suas políticas sociais possam processar os alimentos recebidos e providenciar a sua distribuição de acordo com as necessidades das instituições e comunidades que apresentam vulnerabilidades potencializadas.

A responsabilidade social empresarial tem despertado nas instituições que compõem o Segundo Setor (empresas comerciais) uma sensibilização quanto às ações, programas e projetos de cunho social. Isso tem proporcionado aos Bancos de Alimentos, como o Instituto Ceasa Minas, a execução de sua missão social. O trabalho de conscientização deve ser realizado de forma contínua, pois o aumento das doações está relacionado diretamente com essa prática (CEASAMINAS, 2017).

Materiais e métodos

Objetivos e tipo de pesquisa

Com esta pesquisa pretende-se compreender de que modo ocorre a implementação e avaliação da política de banco de alimentos como política pública social. Para o efeito, partiremos da análise da implementação da política do Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, dos atores envolvidos, suas metodologias, estratégias e instrumentos de trabalhos.

Deste modo, os objetivos gerais são a: i) análise do processo de implementação do programa Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, localizado na cidade de Contagem, Minas Gerais, Brasil, ii) avaliação da gestão e impacto do mesmo.

De modo a operacionalizar a pesquisa delineamos os seguintes objetivos específicos:

i) identificar e conhecer o papel dos atores envolvidos no processo de implementação dos bancos de alimentos na cidade de Contagem, Minas Gerais, Brasil;
ii) compreender o espaço de intervenção dos assistentes sociais nas cadeias de funcionamento do Banco de Alimentos;
iii) conhecer as estratégias de captação de alimentos usadas no banco de alimentos;

iv) analisar os mecanismos associados a priorização dos públicos e ou instituições destinatárias dos alimentos;

v) conhecer as estratégias e instrumentos de acompanhamento e apoio utilizados no processo de implementação do banco de alimentos;

vi) analisar a distribuição de competências e de recursos (orçamentários, financeiros e outros) entre as estruturas burocráticas e entidades com responsabilidade pela concretização do banco de alimentos

vii) inferir elementos de vantagens ou potenciais constrangimentos acerca dos Bancos de Alimentos na ótica dos atores envolvidos na implementação do mesmo;

viii) analisar a percepção dos atores implementadores acerca do impacto do Banco de Alimentos no combate a fome e desperdício na promoção da segurança alimentar e nutricional.

ix) mensurar o resultado alcançado pelo programa Banco de Alimentos na gestão do período de 2017 a 2020.

A pesquisa aqui desenvolvida integra-se no paradigma qualitativo ou interpretativo. Trata-se de um paradigma que encara a investigação a partir de uma posição relativista, considerando que "há múltiplas realidades que existem sob a forma de construções mentais social e experiencialmente localizadas" (Coutinho, 2020, p.17).

A pesquisa qualitativa parte do princípio de que existe uma relação intrínseca entre o mundo objetivo e a subjetividade do indivíduo e, em virtude disso, não é possível quantificar essa relação. Procura, desse modo, "descobrir significados nas ações individuais e nas iterações sociais a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo" (Coutinho, 2020, p. 28). Nesse tipo de pesquisa, aponta Godoy (1995), os dados não são analisados estatisticamente, porque mensurar e enumerar não constam de seus objetivos.

A pesquisa aqui desenvolvida é uma investigação descritiva, já que pretende descrever um fenômeno. Sendo qualitativa, sua finalidade será ampliar o campo de conhecimento e não generalizar.

Modelo de análise

O modelo de análise na elaboração das políticas públicas conforme Marques (2016, p.35-36) resume o itinerário da política pública em três fases "formulação, implementação e avaliação capazes de influenciar o processo da política pública". Para o estudo escolhemos duas fases: implementação e avaliação.

Na implementação, e de acordo com o descrito no ponto ciclo da política pública deste trabalho, consideramos três dimensões: Atores, Procedimentos e Instrumentos. Pelo

fato de se tratar de uma tese no âmbito do Serviço Social demos especial foco, ao papel do Assistente Social. A Avaliação, de acordo com o exposto anteriormente, foram criadas três dimensões: gestão, constrangimentos e impactos. Cada uma destas dimensões e seus respectivos indicadores pretendem responder aos objetivos da pesquisa, por meio de questões expressas na entrevista elaborada.

Assim, tal como explicitamos no nosso modelo de análise no quadro seguinte a análise foi dividida em 6 dimensões, as primeiras três referentes à implementação e as restantes à avaliação.

No que se refere a implementação, a 1º dimensão – atores que implementam a política – pretendeu responder aos objetivos específicos i e ii. Para o efeito foram desenvolvidas as questões de 01 a 29 na entrevista, sendo as questões de 21 a 29 destinadas especificamente ao serviço social enquanto ator implementador. A 2ª dimensão - procedimentos – procurou responder aos objetivos específicos iii e iv, através das questões das entrevistas de 30 à 34 e, a 3ª dimensão -instrumentos - com questões de 35 a 39, de modo a responder ao objetivo específico v.

No que se refere à avaliação, a 4ª dimensão - gestão - com as questões de números 40 a 50, respondeu ao objetivo específico vi. A 5ª dimensão - constrangimentos e vantagens – integra o objetivo especifico vii, com as questões de 51 a 53 e, finalmente, a 6ª dimensão - impactos com questões de 54 a 63, responde aos objetivos específicos viii e ix.

Quadro 1. Modelo de análise

Implementação	Avaliação
1ª dimensão: atores • objetivos específicos i e ii • População: gestor, assistente social e nutricionista • Instrumento: entrevista (questões de 01 a 29)	4ª dimensão: gestão • objetivos específicos vi • População: gestor • Instrumentos: entrevista (questão de 40 a 50), fichas de controle cadastro das instituições recebedoras, ficha de cadastro de instituições doadoras, planos estratégicos, controles gerenciais como planilhas de gestão de custos.
2ª dimensão: procedimentos • objetivos específicos iii e iv • população: gestor, nutricionista, assistente social • instrumentos: entrevista (questões de 30 à 34); fichas controles de entrada e saídas de recursos (Contabilidade) fluxo de caixa, balanço patrimonial e demonstração de resultado e balancetes consolidados.	5ª dimensão: constrangimentos e vantagens • objetivo especifico vii • população: gestor • instrumento: entrevista (questões de 51 a 53)
3ª dimensão; instrumentos • objetivo específico v • população: gestor • instrumento: entrevista (questão de 35 a 39); Fichas de controle e entrada de alimentos recebidos para doação, alimentos doados para instituições, alimentos doados para ração animal e alimentos enviados ao aterro (lixo)	6ª dimensão: impactos • objetivos específicos viii e ix. • população: gestor • Instrumento: entrevista (questões de 54 a 63) e sistema informatizado de controle (*desbord*)

Fonte: Elaboração própria

Âmbito e Participantes

Como unidade de análise, tem-se o Instituto Ceasa Minas localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, na cidade de Contagem, estão de Minas Gerais, Brasil cujo foco investigativo é o Banco de Alimentos.

Os participantes da investigação são os profissionais responsáveis pela implementação do Banco de alimentos. São três profissionais, nomeadamente o gestor/presidente, a nutricionista e a assistente social.

Trata-se de um critério de escolha, uma amostra não probabilística por conveniência.

O primeiro entrevistado foi o gestor do banco de alimentos, entrevistado 01, com formação acadêmica em Engenharia Mecânica, pós-graduado em Marketing, cargo de presidente do Instituto Ceasa Minas com tempo de empresa de quatro anos e experiência na função de quatro anos.

O segundo foco da entrevista foi o serviço de nutrição. A responsável pelo serviço é entrevistada 01, formada em nutrição, com cargo de nutricionista responsável técnica com quatro ano de experiência tanto de empresa como de função.

O terceiro foco da entrevista foi o serviço social. A responsável pelo serviço é entrevistada 03, formada em Serviço Social, com cargo de Assistente Social com quinze anos de experiência e 22 anos na função.

Os três entrevistados leram e assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido. (Apêndice 1).

Instrumento de recolha dos dados

Iniciamos com um pedido ao banco de alimento do Instituto Ceasa Minas para fazer a presente pesquisa. O Banco de Alimentos forneceu vários documentos para serem analisados como fichas de cadastro de doadores dos alimentos, dos recebedores de alimentos, da quantidade capitada, destinada e descartadas como ração animal como para a quantidade destinada ao aterro, documentos de controle gerencial, financeiro, como relatórios contábeis, fluxo de caixa. No terceiro momento passamos à fase da recolha de dados aos participantes.

A técnica de recolha de dados escolhida, tendo em conta os objetivos e o tipo de pesquisa desenvolvida, foi a entrevista semiestruturada (Apêndice 2).

Para dar continuidade a pesquisa foi solicitado ao gestor/presidente do Instituto Ceasa Minas uma declaração de autorização para a realização deste trabalho no referido Instituto.

As entrevistas decorreram entre os dias 14 e 18/12/2020 foram feitas primeiramente com o gestor do instituto nos dias 14 e 15 de dezembro de 2021. No dia 16 de dezembro foi realizada a entrevista com a nutricionista e nos dias 17 e 18 de dezembro como a assistente social. Antes de iniciar as entrevistas foi lido o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, em seguida foi recolhido assinatura nos termos de cada entrevistado. Com autorização dos mesmos, a entrevista foi gravada.

Estratégias de análise dos resultados

A análise da entrevista foi elaborada a partir da Análise de Conteúdo. Bardin (2002) defende que a análise de conteúdo é um instrumento eficaz para a captação da riqueza de detalhes em uma pesquisa científica quando se trata da sua vertente qualitativa e, assim, os fenômenos sociais e que envolvem grupos humanos podem ser estudados a partir dos atores que tomam decisões importantes para o progresso da humanidade. Desta forma, com a análise de conteúdo é alcançada a mensagem que os sujeitos intervenientes em uma realidade querem transmitir aos pesquisadores dos fenômenos e a contribuição dos mesmos para a formação de um conhecimento científico que está prestes a ser desvendado com toda sua importância para a comunidade de seres humanos.

A análise de conteúdo foi desenvolvida usando dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro instrumento foi a entrevista e o segundo instrumento análise documental e sistema de informação.

A análise de conteúdo percorreu três fases fundamentais. A primeira foi a pré-análise, a segunda exploração do material e a terceira tratamento dos resultados. Na pré-análise foram criadas as dimensões para servir de norte na elaboração dos inquéritos. É importante salientar que a definição das categorias a priori sendo sua validade/pertinência constituída a partir de fundamentos teóricos. Sendo assim a segunda etapa que seria a escolha das categorias estas já foram determinadas o que permitiu elaborar as questões norteadores. Na terceira e última etapa, tratamento dos dados/resultados, foi feito levando em consideração a inferência e interpretação. Os conceitos e informações construídos pelos entrevistados eram relacionados com a dimensão específica da categoria e seus respectivos objetivos específicos.

Em contrapartida, foi realizado a análise documental para confrontar com os dados recolhidos na entrevista. Os documentos analisados na fase de implementação da política

pública foram: fichas de controles de entrada e saídas de recursos (Contabilidade), fluxo de caixa, balanço patrimonial, demonstração de resultado e balancetes consolidados, fichas de controle e entrada de alimentos recebidos para doação, ficha de controle de alimentos doados para instituições, ficha de controle de alimentos doados para ração animal e ficha dos alimentos que foram enviadas para o aterro (lixo). Já na fase de avaliação da política pública foram: ficha de cadastro das instituições doadoras (produtores rurais, lojistas internos, lojistas externos), ficha de cadastro das instituições recebedoras, planejamento estratégico, controles gerenciais como planilhas de gestão de custos e sistema informatizado.

Apresentação e Discussão dos resultados

Implementação da Política de Banco de Alimentos

1ª Dimensão (Atores)

No que se refere a primeira dimensão foi possível perceber que os atores envolvidos são o **gestor presidente, a nutricionista e a assistente social.**

O gestor presidente, o entrevistado 1, considera que o seu principal papel envolve a dinamização do relacionamento entre o banco de alimentos, as entidades doadoras e as recebedoras das doações. Considera ser uma ponte entre quem quer doar e quem quer receber os alimentos, já que o Banco de alimentos faz parte de um triângulo que para o mesmo existir devem ter doadores de alimentos e recebedores de alimentos, onde o Banco unirá esses dois lados.

Ao ser questionado se o Banco de Alimentos contribui no combate à fome ou somente no desperdício, o entrevistado 1 refere que contribui tanto no combate à fome quanto ao desperdício, mas pontuou que são dois pontos distintos. Nas suas palavras as pessoas têm ideias que "o desperdício de alimento causa fome", mas embora o desperdício exista, a fome também existe, não existindo uma relação de causa e efeito, já que mesmo que não houvesse desperdício no mundo continuaria a existir fome. O banco de alimentos tem a sua razão de existir devido o desperdício para tentar solucionar outro problema que é a fome, então tudo que é coletado hoje vem desperdiçando com relação a estética dos alimentos, chega hoje na vida de alguém que está precisando. O entrevistado 1 afirma que de acordo com a estrutura e o potencial do Banco de Alimentos, hoje poderia triplicar a doações. É mais uma situação de conscientização de quem doa.

É importante ressaltar duas falas do presidente "O desperdício existe sim, a fome também existe, uma coisa não tem relação com a outra", e "se não houvesse desperdício no mundo hoje a fome continuaria existindo, mas a gente usa hoje o problema que é o desperdício para tentar solucionar um outro problema que é a fome. É importante ressaltar que a segunda fala do gestor deixa claro que existe uma relação mesmo que seja indiretamente entre desperdício e a fome. Não há dúvida que se não houvesse desperdício com certeza a fome existiria, uma vez que a fome está relacionada com outros desdobramentos sociais como renda, desigualdades sociais, clima, questões políticas, concentração de terras, emprego, etc.; porém, a redução do desperdício, promovida pelos bancos de alimentos, ajuda de forma significativa que estes alimentos cheguem na mesa de quem realmente precise, e contribui no combate à fome. O banco de alimento faz parte do programa fome zero, que é um conjunto de ações que foram e ainda estão sendo implantadas pelo governo federal com o objetivo de promover ações para garantir segurança alimentar e nutricional aos brasileiros. As iniciativas envolvem todos os ministérios, as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), as entidades do terceiro setor e a sociedade.

Como foi referido analisamos de forma mais pormenorizada o papel do assistente social no Instituto. Uma das funções referidas na entrevista foi de triagem das instituições que recebem as doações. A assistente social - o entrevistado 3, revelou que primeiramente que a instituição deve preencher um cadastro *on-line* e enviar todos os documentos necessários. Esse cadastro serve para garantir a vaga, caso haja desistência, uma vez que o banco no momento trabalha com capacidade limitada não podendo assumir mais compromissos além das 181 instituições. Caso uma vaga fique disponível, é solicitado atualizar o cadastro junto ao banco de alimentos. Em seguida o serviço social do banco de alimentos vai *in loco*, para checar todas as informações do cadastro e também para conhecer o trabalho social desenvolvido pela instituição.

Na entrevista, o entrevistado 3 salientou a importância do relatório final do serviço social, pois, lá terão todas as informações necessárias como: número de pessoas que serão beneficiadas, número de refeições que serão fornecidas por dia, quantos dias da semana que a instituição funciona e outras informações relevantes. No relatório é possível identificar todo processo: crianças, adolescentes ou adultos com vulnerabilidade social, nutricional, moradores de rua, terceira idade, mulheres de acordo com o trabalho social que cada instituição ser propõe a realizar.

Relatou também que existe um sistema de cadastro das instituições e quais documentos e que toda documentação exigida consta no site o banco de alimentos como

estatuto social, ata da fundação, ata da última eleição, última eleição da diretoria, cartão do CNPJ, comprovante em um conselho municipal, estadual ou nacional na área de serviço social, fotos da fachada da cozinha ou outro ambiente da instituição.

A assistente social mencionou que as ações socias desenvolvidas no banco de alimentos contribuem para fazer chegar à mesa os alimentos doados para quem necessita.

É importante salientar que, conhecendo a realidade das famílias atendidas por instituições que prestam serviços sociais de ajuda a comunidade, o assistente social pode trabalhar juntamente com a equipe de gestão, principalmente na equipe de capitação de novos doadores, para levar até aos potenciais futuros doadores a quantidade de instituições/pessoas que dependem de doações de alimentos ajudando assim no trabalho de conscientização. Ajuda a dar credibilidade ao trabalho desenvolvido pelo banco de alimentos.

Na entrevista a assistente social realçou o fato das instituições recebedoras necessitarem estar em sintonia com todas as exigências do Banco de Alimentos. Sendo assim é necessário que as instituições entrem no site do banco do Instituto Ceasa Minas e façam o cadastro. A documentação exigida pelo banco de alimentos está disponível sendo necessário o envio de toda documentação. Salientou também que depois que o Serviço Social aprovar o cadastro é agendado uma visita *in loco* para verificar se todas as informações são verídicas. Informa ainda que os documentos exigidos são: Estatuto Social, ata da fundação ata da última eleição da diretoria, comprovante de inscrição no CNPJ, comprovante de inscrição nos Conselhos municipal, estadual e nacional: (CMA (assistência social), CEAS (assistência social), CNAS (assistência social), CMS (saúde), CME (educação), Conselho do Idoso, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, dentre outros), título de utilidade pública (Municipal, Estadual ou Federal) facultativo, foto da fachada da instituição, foto da cozinha, despensa.

A assistente social, o entrevistado 3 relata que existe uma procura muito grande da sociedade em geral pelas doações de alimentos, no entanto existe uma capacidade limitada do instituto em razão das doações que recebem e também da sua capacidade de instalação, número de empregados e outras variáveis. Porém para as instituições que não conseguem se inscrever de forma permanente, é feito um cadastramento dos interessados, pois quando uma instituição é descredenciada, seja pelo Serviço Social, por não atender as certas exigências do banco de alimentos, ou até mesmo quando a própria instituição solicita a baixa por passar a ter condições melhores, aí sim é obedecida a fila por data da procura. Além do mais, tem algumas doações de caráter sazonal, onde é necessário fazer a doação em um espaço curto de

tempo, por se tratar de uma quantidade bem expressiva de alimentos, aí neste caso, estas instituições que não são fixas recebem doações de alimentos.

O papel do controle está ligado a oferta e procura. Como a procura por doações é sempre maior que a oferta de alimentos, é necessário que o assistente social potencialize seus esforços no sentido de garantir a prioridade dos públicos mais necessitados de ajuda. Os critérios estabelecidos pela política de prioridades do banco de alimentos são seguidos de forma ética e transparente. Na luta contra a fome, o compromisso será sempre com os mais desfavorecidos, por isso as intervenções são realizadas de forma contínua. O sucesso das intervenções está relacionado aos fatores intrínsecos e extrínsecos inerentes à profissão como: experiência, visita *in loco*, mobilização e capacidade crítica e reflexiva de análise do problema foco. O banco de alimentos oferece condições suficientes para que o profissional seja impulsionado ao desafio de transformação social.

2ª Dimensão (Procedimentos)

Em relação ao procedimento para a captação de alimentos, o entrevistado 1 explicou que o banco de alimentos tem dois objetivos, razão de sua existência que são o combate ao desperdício de alimentos e suporte alimentar a pessoas em risco social. Esse entendimento está de acordo com os objetivos do banco de alimentos, ou seja, combate à insegurança alimentar e o desperdício de alimentos, e organização de arrecadação de doações alimentares e coletas urbanas, armazenamento dessas arrecadações e distribuição para entidades assistenciais e educação nutricional através de palestras, workshops, projetos, livros, e-books e até mesmo aulas (Banco de Alimentos, 2018).

Quanto à captação de novos doadores, o gestor da instituição referiu que são prospectados dentro da própria Ceasa Minas, através dos coletores, pessoas circulam pelo centro de distribuição e que fazem a coleta dos alimentos que são doados. São pessoas que fazem o procedimento de coleta, ou seja, é mais um processo de boca a boca, do que uma estratégia direta de marketing.

O entrevistado 1 afirma que teria condições de atender mais pessoas e recolher mais alimentos pelo fato do banco de alimentos do Instituto Ceasa Minas trabalhar com capacidade ociosa. Mas deixa claro também que essa ociosidade está relacionada com a quantidade de alimentos que recebem para doação. Sendo assim, a quantidade de pessoas que trabalham no momento é suficiente para a manipulação da quantidade de alimentos recebidos. O

entrevistado 1 também afirma que o Instituto pode potencializar seus esforços para aplicar suas ações no combate ao desperdício.

No que se refere a triagem, o entrevistado 2, nutricionista, salientou que os alimentos arrecadados pelo banco de alimentos são "FLV", em geral são frutas, legumes e verduras, mas que, também, recebem outros tipos de doação como alimentos não perecíveis: o arroz, o feijão, a farinha de trigo, o macarrão, a massa de tomate. Algumas doações que as pessoas queiram repassar para as entidades; como cama, colchões, roupas, brinquedos, todas essas doações são recolhidas para serem repassadas para as instituições, mesmo não sendo o objeto fim do Banco de Alimentos. Segundo o entrevistado 2, existe uma triagem que é feita para selecionar quais são os alimentos aptos a serem doados para as entidades recebedoras. Segundo a nutricionista os manipuladores de alimentos são treinados para trabalhar as boas práticas de manipulação e saber selecionar os alimentos que estarão aptos ao consumo e os que serão descartados no lixo.

Segundo o entrevistado 2, a instituição oferece cursos, orientações para as entidades beneficiadas, de como aproveitar os alimentos, manipular, armazenar para que sejam utilizados como um todo e da melhor forma possível. É realizada a ministração de cursos para as instituições sobre o que é reaproveitamento integral dos alimentos e também o armazenamento, boas práticas de manipulação; estocagem, para que não haja desperdício dos alimentos que chegam até às instituições.

A mesma qualidade dos alimentos recebidos para doação, quando doados, são repassados às instituições recebedoras. Segundo o entrevistado 2, a equipe é treinada para fazer essa triagem dos alimentos e as instituições também. Elas são orientadas sobre qual a forma de aproveitar, qual a forma de armazenar e a forma de melhor usar esses alimentos quando chegam a sua instituição.

A educação é tema importante e constante nos mais diversos estudos e locais, está sempre provocando discussões, instigando descobertas e novos estudos. A educação tem o poder e a capacidade de transformar vidas, libertar pessoas. Questiona-se nos dias atuais, qual a qualidade e estrutura a educação tem para que seja realmente a solução para os problemas da sociedade futura (Tissato, 2016).

O treinamento busca garantir informações úteis para que as pessoas possam mudar ou adquirir comportamentos desejados a determinadas situações em buscas de torná-los melhores no sentido de provocar mudanças no meio onde está inserido.

O entrevistado 2 afirma que a motivação do desperdício acontece de duas maneiras diferentes. Dentro de uma central de abastecimento, seria mais em questão de logística para o

armazenamento desses produtos que não são armazenados de uma maneira correta, à própria venda quanto não se concretiza. Agora nas casas das pessoas é a forma de se saber usar os alimentos. É a forma de como fazer a compra desses alimentos, tanto de forma *per capita*, por família, para que não se compre mais do que a família precise, quanto no sentido de começar a aproveitar o alimento como um todo, usando o reaproveitamento integral dos alimentos; situação na qual a maioria da população brasileira não carrega em sua cultura.

O entrevistado 2 acredita que essas perdas estão relacionadas aos hábitos que vêm da nossa história alimentar como não comer cascas, talos, sementes de alguns vegetais, comprar alimentos com abundância porque "antes sobrar do que faltar", fazem parte dos conceitos familiares que muitos de nós aprenderam. Então, aprender a produzir em casa somente o necessário para a alimentação daquele momento, comprar somente as quantidades necessárias para o consumo do período, não jogar fora alimentos que poderiam ser aproveitados por outros, aproveitar integralmente os alimentos, contribui para a redução das perdas e pode propiciar a alimentação de outros.

Para conscientizar as pessoas a utilizarem o alimento integralmente, evitando assim que partes nutritivas sejam jogadas no lixo desnecessariamente, o entrevistado 2 afirma que é necessário verbas para custear os gastos de treinamento. Porém, ações que não demandam gastos elevados são realizadas como a confecção de cartilhas impressas no próprio instituto contendo receitas de reaproveitamento integral dos produtos que estão nas cestas de doação da semana.

Dessa maneira, alternativas para redução do descarte de alimentos deveriam ser mais difundidas, não somente no Brasil, mas em todo o mundo. A inclusão e a difusão de mais programas e projetos através do desenvolvimento de políticas públicas e privadas são primordiais para o crescimento dos Bancos de Alimentos, para auxiliar no combate à insegurança alimentar, e do AIA – Aproveitamento Integral dos Alimentos para conscientização e educação da população sobre os princípios nutritivos e o desperdício de alimentos (Bueno, 2019).

No Brasil, quase 26 milhões de toneladas de alimentos (10% de tudo que é produzido) se torna resíduo alimentar. Destas, 5,3 milhões de toneladas são de frutas e 5,6 milhões são de hortaliças. Essas quantidades seriam suficientes para alimentar 40 milhões de pessoas (CEDES, 2018; Embrapa, 2018).

O Instituto Ceasa Minas promove campanhas no sentido de sensibilizar a captação de novos doadores. O entrevistado 2 esclarece que o banco de alimentos trabalha de forma proativa indo até aos lojistas para conversar com os empresários responsáveis pelas lojas

onde é apresentado a missão, visão, valores do banco de alimentos, onde é feito o convite para que se tornem doadores caso ainda não sejam além de ser abordado temas sobre a perda de alimentos e o impacto que os mesmos provocam quando vão direto para o lixo tanto aos ecossistemas como para a sociedade.

No combate à insegurança alimentar e ao desperdício de alimentos surgiram os Bancos de Alimentos, organizações que se encarregam da arrecadação de doações alimentares e coletas urbanas, armazenamento dessas arrecadações e distribuição para entidades assistenciais e educação nutricional através de palestras, workshops, projetos, livros, e-books e até mesmo aulas (Banco de Alimentos, 2018).

No procedimento referente ao armazenamento, o entrevistado 2 respondeu que existem duas formas de realizá-lo: para os alimentos que chegam sujos, o armazenamento acontece em um *container* refrigerado do lado de fora do pátio no banco de alimentos. A partir do momento que ele entra limpo para ser selecionado, ele vai para as bancas onde é feito a triagem indo para uma câmara fria dentro do banco de alimentos antes de serem encaminhados para as instituições.

Segundo Vialta, Moreno e Valle (2003) a estocagem também compreende a manutenção de produtos e ingredientes em um ambiente que proteja sua integridade e qualidade, mantendo o alimento livre de contaminação por pragas, contaminantes químicos, físicos, microbiológicos e/ou outras substâncias inaceitáveis, reduzindo danos e perdas durante o armazenamento, ou seja, a estocagem.

Quanto a logística dos alimentos, o entrevistado 2 ressalta que chegam através do contato por telefone que fazem tanto no mercado livre do produtor quanto nos lojistas. Assim que os alimentos chegam no Instituo, os mesmos são guardados para esperar que eles entrem para serem selecionados dentro do banco de alimentos.

A logística segundo Ballou (1993), é responsável pelo processo de planejamento, implantação, e controle de todo fluxo e armazenagem de materiais sendo elas de produtos em processos ou produtos acabados, também tem como função o levantamento de informações desde os fornecedores envolvidos até o consumidor final.

Conforme o entrevistado 2 o Instituto possui câmaras com capacidade ociosa e já receberam alimentos em doação sem nenhuma propriedade nutritiva. Infelizmente os doadores esperam muito para poder estar fazendo o repasse da mercadoria e quando chegam aqui já não é mais aproveitado; então nós temos alguns parceiros que buscam esses alimentos para servir de ração animal para porcos, vacas, cavalos, enfim eles usam para essa finalidade

e os que não dão para a serem utilizados são enviados para o aterro sanitário da cidade de Contagem, do estado de Minas Gerais, Brasil.

Sobre os testes nutritivos nos alimentos, o entrevistado 2 relatou que, quanto aos alimentos *in natura,* não apenas os de sua fabricação: a sopa mix de legumes desidratados, esses alimentos vão para o laboratório para passar por uma análise físico-química e para saber se está livre de microrganismos e se estão prontos para doação.

A vigilância sanitária do município de Contagem fiscaliza o banco de alimentos constantemente com o intuito de acompanhar o manual de boas práticas, anotações na caderneta sanitária então é realizada a visita. Tanto a vigilância sanitária quantos os testes de qualidade, têm um papel importantíssimo, pois, buscam subsidiar a sociedade de informações para que ela se sinta segura em consumir os produtos que o estabelecimento entrega para ser consumido.

Quanto as preocupações que um gestor de banco de alimentos deve possuir em relação aos problemas sociais de desperdício de alimento e erradicação da fome, o entrevistado 3 afirma que primeiramente ele deve saber até onde tem condições de ajudar, uma vez que os problemas são ilimitados e nossas ações como agente agregador de valor na solução de problemas sociais é limitado. Para um banco de alimentos funcionar de acordo com os padrões esperados, a transparência é o ponto inicial. Saber o quanto se tem para doar antes de doar. Sendo assim é necessário criar parcerias com os lojistas, redes de supermercados, hipermercados, produtores rurais para saber qual a quantidade de alimentos que ele terá para realizar o programa. A fome é uma questão social que dever ser encarada sempre com o apoio do primeiro setor, que é o Estado. Apenas ações isoladas do terceiro setor ficam frágeis na busca de soluções para amenizar o problema social, visto que um problema social tem outros desdobramentos que envolvem, com certeza, as classes vulneráveis da sociedade.

Deve existir também um planejamento bem organizado ao ponto de que o banco de alimentos não venha a frustrar os anseios da sociedade como um todo. Deve-se fazer parceiras com as Centrais de Abastecimento de Alimentos, lojistas, produtores rurais, donos de supermercados, hipermercados, sacolões e outras empresas onde possa existir o descarte ou sobra de alimentos que possuem algum valor nutritivo e que pode ser conduzido para instituições que realizam algum trabalho social e que necessitam de alimentos para realizar esse trabalho.

No trabalho de amenização ou redução da fome, é importante que o gestor de um banco de alimentos proponha uma contribuição significativa, porém existem sempre algumas

variáveis que limitarão o seu trabalho. Saber administrar o que ele pode fazer e o que não depende dele, é importante para que possa assumir apenas os compromissos condizentes com sua força.

A partir do momento que existem ações de combate ao desperdício é necessário que estas sejam colocadas em prática, pois, o combate só se age com conscientização. Sem essa conscientização é impossível que exista um banco de alimentos. Para existir um banco é necessário ter doadores para que depois, o gestor possa fazer convênios com as instituições que necessitam.

É importante salientar que sem o trabalho do Serviço Social, fica impossível caracterizar a política como política social, pois somente levantamentos *in loco*, entrevistas e visitas periódicas podem realmente comprovar a eficácia, eficiência e efetividade do programa. Outra preocupação é a seguinte: para um banco de alimentos funcionar é necessário recursos humanos e materiais (veículo, gestor, nutricionista, assiste social, motorista, ajudantes, auxiliares, atendente), sendo assim de onde virão os recursos para pagar essa mão de obra? É possível existir de forma voluntária? Haverá repasses dos governos municipal, estadual ou federal? Haverá patrocinadores? Empresas privadas irão ajudar? É possível o banco de alimentos produzir algo ou prestar serviços que sejam pagos e com esse dinheiro pagar todos os custos inerentes do programa? Essas são apenas algumas das perguntas de devem ser feitas para que um banco de alimentos uma vez constituído não pare de funcionar por falta de recursos.

A resposta do entrevistado 3 contempla a preocupação principal de existência do banco de alimentos, que é o planejamento para sua própria sobrevivência. Sem apoio seja político, social ou empresarial fica difícil de se manter. Além de muito lógico, para que haja um banco é necessário ter doadores e recebedores.

Para a instalação de um Banco de Alimentos, há a necessidade de o município cumprir alguns requisitos obrigatórios como: possuir uma quantidade mínima de 100 mil habitantes, Índices de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), de Vulnerabilidade Social, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), percentual de famílias que participam do Bolsa Família, programa que beneficia populações com baixa renda, e outros programas de Segurança Alimentar e Nutricional (Rizzo, 2016; MDS, 2017).

Conforme o entrevistado 3, a contribuição do trabalho do Assistente Social nas políticas sociais de combate à fome, desperdício e segurança alimentar é necessária primeiramente que esta contribuição esteja de acordo com Código de Ética Profissional, pois o mesmo representa um parâmetro jurídico, embasados por referências teóricas, críticas,

filosóficas e políticas, que deve nortear a prática profissional diante das situações concretas, com seus limites e possibilidades. Servir de instrumento para identificar quem são os reais necessitados requer um trabalho sério, transparente, verdadeiro e envolvente. Como foi dito anteriormente, a quantidade de alimentos é limitada e as demandas da sociedade não. Esse embate de quem realmente precisa, é necessário critérios que devem ser desenvolvidos pelos profissionais do serviço social capaz de explicar as decisões tomadas, onde todos consigam ver a valor da justiça social que ali está impregnado. Além do mais, é necessário estar em constante estudos, participação em fóruns, congressos, sempre na busca de soluções criativas e possíveis de serem implementadas.

Glock e Gildim (2016) afirmam que a ética profissional é composta pelas seguintes características: competência técnica, aprimoramento constante, respeito às pessoas, confidenciabilidade, privacidade, tolerância, confiança, fidelidade, envolvimento, afetividade, correção de conduta, boas maneiras, relações gerenciais, responsabilidade, flexibilidade, compreender o espaço de intervenção dos assistentes sociais nas cadeias de funcionamento do Banco de Alimentos e analisar os mecanismos associados a priorização dos públicos e ou instituições destinatárias dos alimentos.

O entrevistado 3 revelou que a triagem das instituições que recebem as doações, primeiramente a instituição deve preencher um cadastro on-line e enviar todos os documentos necessários. Esse cadastro serve para garantir a vaga, caso haja desistência, uma vez que o banco o momento trabalha com capacidade limitada não podendo assumir mais compromissos além das 181 instituições. Caso uma vaga fique disponível, é solicitado atualizar o cadastro junto ao banco de alimentos. Em seguida o serviço social do banco de alimentos vai *in loco,* para checar todas as informações do cadastro e também para conhecer o trabalho social desenvolvido pela instituição.

Quando o relatório final do serviço social fica pronto, lá terão todas as informações necessárias como: número de pessoas que serão beneficiadas, número de refeições que serão fornecidas por dia, quantos dias da semana que a instituição funciona e outras informações relevantes. É possível identificar todo processo: crianças, adolescentes ou adultos com vulnerabilidade social, nutricional, moradores de rua, terceira idade, mulheres enfim, cada instituição se propõe a realizar um trabalho social.

Existe no banco de alimentos um sistema de cadastro das instituições e uma *home page* informando quais documentos e informações são necessárias. O entrevistado 3 informou que toda documentação exigida consta no site o banco de alimentos como estatuto social, ata da fundação, ata da última eleição, última eleição da diretoria, cartão do CNPJ, comprovante

em um conselho municipal, estadual ou nacional na área de serviço social, fotos da fachada da cozinha ou outro ambiente da instituição.

Conforme o entrevistado 3 o Instituto Ceasa Minas promove ações referentes à assistência social. São todas as ações que contribuem em fazer chegar à mesa os alimentos doados para quem realmente necessita. Tudo tem que ter critérios e políticas claras e transparentes. É necessário um acompanhamento constante e avaliação para saber se realmente o propósito de existência do banco não está sendo desvirtuado.

Conhecendo a realidade das famílias atendidas por instituições que prestam serviços sociais de ajuda a comunidade, o assistente social pode trabalhar juntamente com a equipe de gestão, principalmente na captação de novos doadores para levar até eles a quantidade de instituições/pessoas que dependem de doações de alimentos, ajudando, assim, no trabalho de conscientização e fortalecendo a credibilidade ao trabalho desenvolvido pelo banco de alimentos.

Oliveira (2018) ressalta que as práticas e os saberes mais exigidos são a empatia, network (rede de contatos), escuta ativa, conhecimentos das políticas públicas e sociais, conhecimento dos dispositivos legais, legislação, conhecimento do ser humano que está sendo atendido, confiança entre usuários e profissionais e com outros profissionais, conhecer o território, conhecer a rede socioassistencial, trabalho em equipe, espírito de liderança, clareza dos objetivos, objeto e técnicas de intervenção social.

O entrevistado 3 afirma que as instituições recebedoras de alimentos passam por análise econômico/financeira para identificar quais necessitam de doações. As instituições têm que estar em sintonia com todas as exigências do Banco de Alimentos. Sendo assim, é necessário que as instituições entrem no site do banco do Instituto Ceasa Minas e façam o cadastro. O entrevistado 3 salientou também que depois que o Serviço Social aprovar o cadastro é agendado uma visita *in loco* para verificar se todas as informações são verídicas. Os documentos exigidos são: Estatuto Social, ata da fundação ata da última eleição da diretoria, comprovante de inscrição no CNPJ, comprovante de inscrição nos Conselhos municipal, estadual e nacional: (CMA (assistência social), CEAS (assistência social), CNAS (assistência social), CMS (saúde), CME (educação), Conselho do Idoso, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, dentre outros), título de utilidade pública (Municipal, Estadual ou Federal) facultativo, foto da fachada da instituição, foto da cozinha, despensa.

Quando questionada se todas as instituições conseguem doações quando procuram o banco de alimento, o entrevistado 3 disse que não. Ela relata que existe uma procura muito grande da sociedade em geral pelas doações de alimentos, no entanto existe uma capacidade

limitada do instituto em razão das doações que recebem e também da sua capacidade de instalação, número de empregados e outras variáveis. Questionada sobre o que fazem com estas instituições, o entrevistado 3 disse que é feito um cadastramento dos interessados, pois quando uma instituição é descredenciada, seja pelo Serviço Social por não atender as certas exigências do banco de alimentos, ou até mesmo quando a própria instituição solicita a baixa por passar a ter condições melhores, aí sim é obedecida a fila por data da procura. Além do mais, tem algumas doações de caráter sazonal, onde é necessário fazer a doação em um espaço curto de tempo, por se tratar de uma quantidade bem expressiva de alimentos, aí neste caso, estas instituições que não são fixas recebem doações de alimentos.

3ª Dimensão (Instrumentos)

Em relação as estratégias de captação de recursos orçamentários o Instituto recebe somente doações de alimentos. O entrevistado 1 afirmou que trabalho do banco é exatamente destinar alimento para quem precisa ou abrir espaço para parcerias que vão capacitar voluntários para trabalhar. Nesta afirmativa, o entrevistado 1 está se referindo que o propósito de constituição do banco de alimentos do Instituto Ceasa Minas se resume na política social de captar alimento e distribuir, totalmente diferente de outros formatos de bancos de alimento que recebem verbas do governo para comprar alimentos e destinar para instituições em situações de vulnerabilidade social. Aqui não faz menção aos valores recebidos de empresas de incentivos fiscais de imposto de renda de pessoas jurídicas nem doações esporádicas como roupas, camas e móveis. Toda entrada de recursos para subsidiar seu respectivo dispêndio inerente as atividades do Instituto Ceasa Minas (receita/despesa) é controlada pela contabilidade contratada para esse fim. O entrevistado 1 deixou claro sobre a questão dos alimentos: tudo que é doado, que entra no Instituto, é cadastrado no sistema e depois de manipulado, higienizado e separado é doado para as instituições cadastradas.

Quanto a delegação de tarefas no instituto, o entrevistado 1 diz que sua equipe é bem reduzida. Alega que hoje as duas áreas são divididas em: administrativa que cuida da parte de processos e relações de cobranças, pagamentos e a parte operacional que trata de atividades como: quem recebe os alimentos, parte logística de todas as doações. Basicamente as tarefas são divididas em duas áreas: administrativa e operacional.

O entrevistado 1 afirma que o planejamento dos recursos financeiros é realizado por ele diretor/presidente e pela nutricionista que além de suas atividades técnicas ajuda também na parte administrativa. As tarefas e a responsabilidade são divididas como: responsabilidade

de receber, administrar e planejar os recursos que são recebidos tanto na parte financeira como os alimentos recebidos.

Os investimentos recebidos nos últimos quatro anos foram suficientes para realizar a missão do Instituto Ceasa Minas. Quanto aos novos projetos são doações que foram captadas através de lei de incentivos do governo federal, e estas doações já vêm vinculadas a um projeto específico. Os recursos que chegam são destinados para um projeto que tem começo, meio e fim. No dia a dia, o Instituto sobrevive com algumas doações que vem da própria Ceasa Minas, que doa parte do imposto de renda, que é um Incentivo do Governo federal para o Terceiro Setor e de venda de produtos que são fabricados dentro do próprio Instituto.

O entrevistado 1 ressaltou que o Instituto tem uma fábrica de produtos mix de legumes desidratados. Neste caso, o Instituto compra produtos novos dentro do Ceasa Minas, que são diferenciados, ou seja, que não são doações. São comprados, depois são processados e desidratados como: batata, mandioca, cenoura, beterraba e abóbora que são misturados com macarrão e soja, um mix de legumes, voltados também para reforçar a alimentação de pessoas em risco alimentar. Estes produtos são vendidos para prefeituras ou empresas que pretendem destiná-losà instituições como fonte de ajuda.

É importante salientar que mesmo as empresas que não comercializam produtos, ou seja, aquelas que não podem doar alimentos quando compram o mix de legumes, ajudam o banco de alimentos a continuar com a sua missão e automaticamente contribui para combater a fome e o desperdício.

No que se refere as estratégias e instrumentos de acompanhamento e apoio utilizados no processo de implementação do banco de alimentos foi possível verificar que segundo o entrevistado 1 não há muitas perdas nos alimentos recebidos pelo Instituto antes do repasse as instituições. Há uma perda na faixa de 9% a 11% do que chega e acaba sendo descartado ou aproveitado para fazer ração animal. Sendo assim, em média, 90% então acabam voltando para mesa de alguém. Então, os produtos que são recebidos são de qualidade, apenas não apresentam características comerciais como (tamanho, cor, maturação e beleza, que acabam não fazendo parte do fluxo comercial dos produtos comercializados na Ceasa Minas).

É importante salientar que, com esta gestão dos alimentos recebidos, apenas uma pequena parte será transformará em lixo, pois, se não forem doados para pessoas, serão doados para ração de criadores de animais.

O entrevistado 1 relata que as estratégias para a captação de alimentos não são suficientes. Hoje, o Instituto Ceasa Minas busca incrementar este quesito, para isso é preciso divulgar mais, aparecer mais, fazer um trabalho mais intenso, é necessária uma equipe de

trabalho cada vez mais motivada e criativa divulgando entre lojistas, e é exatamente o foco e meta, pois tem muitas pessoas que não conhecem o nosso trabalho; então a divulgação motivadora é uma estratégia intensiva para chamar mais atenção dos doadores e atrair novos possíveis parceiros doadores.

O marketing tem um poder de transformação. Sendo assim, será necessário um trabalho diferenciado para atrair novos doadores para que o trabalho-fim, proposto pelo Instituto, tenha cada vez mais visibilidade social que é contribuir no combate a fome com o combate do desperdício de alimentos.

A equipe de trabalho é suficiente pela quantidade de alimentos recebidos hoje para doação. No entanto, o entrevistado 1 reforçou o diálogo de que faltam pessoas na área de captação. Hoje, os agentes poderiam estar circulando dentro da própria Ceasa Minas buscando captar novos produtos, o que geraria a necessidade de colocar pessoas também para processar os produtos recebidos, ou seja, são coisas totalmente conectadas. Se colocarmos pessoas captando produtos, vai acontecer de precisarmos de mais pessoas para processar os produtos e gerar esses alimentos.

Aqui fica claro, o desejo do Presidente em reestruturar o banco de alimentos. Um bom planejamento estratégico conseguirá mapear as ações, projetos e processos a serem seguidos para atingir a real necessidade.

O entrevistado 1 afirma que os projetos executados pelo Banco de Alimentos garantem a distribuição efetiva. Os alimentos que chegam têm uma distribuição totalmente controlada e bem direcionada. Cada instituição vai receber aquilo que precisa de acordo com sua dimensão. Uma instituição hoje que acolhe 15 idosos por exemplo vai receber alimentos para atender 15 idosos, se forem 100 idosos, a doação será para essa quantidade de 100 pessoas.

Sendo assim, não é possível aumentar o volume de alimentos doados para não faltar comida para alguém, é tudo muito sério, muito bem programado, controlado e revisto sempre. Hoje, são atendidas 181 instituições. Toda semana as pessoas que vêm buscar recebem uma cota de alimento suficiente para ajudar em suas alimentações.

Avaliação da política de segurança alimentar e combate à fome

4ª Dimensão (Gestão)

A percepção dos atores implementadores acerca do impacto do Banco de Alimentos no combate à fome e desperdício na promoção da segurança alimentar e nutricional

verificamos que, segundo o entrevistado 1, a missão do Instituto Ceasa Minas é combater o desperdício e ser solidário no combate à fome. O conceito de banco de alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social vai de encontro com os objetivos por ele mencionados.

Os Bancos de Alimentos possuem como seu maior propósito a arrecadação de doações alimentares que se encontram fora dos padrões de comercialização e seriam posteriormente descartadas. Esses alimentos têm suas propriedades nutricionais inalteradas, sem qualquer tipo de contaminação microbiológica e não oferecem risco ao consumo humano (MDS, 2015).

Conforme o entrevistado 1, o banco de alimentos tem basicamente três tipos de doadores: o produtor rural, a pessoa que tem mais sensibilidade para doar o alimento, a maioria dos doadores são produtores rurais que representam, em média, 70%, sendo 25% de doadores que são os lojistas dentro da Ceasa Minas, nesse caso a doação para eles é mais uma questão de se livrar do alimento que não tem mais função comercial para eles, mas isso ajuda o programa e uma parcela de 5% que são os mercados de varejo, que doam os alimentos que não são perecíveis como o Carrefour, que fazem doações semanais.

O perfil das empresas recebedoras das doações conforme o entrevistado 1 são creches, ILPIs que são Instituições de Longa Permanência de Idosos, antigos asilos, instituições de recuperação de dependência química, de álcool, hospitais, instituições religiosas, casas de passagem, onde há crianças que são tiradas muitas das vezes de suas famílias por questões de segurança, famílias com usuários de drogas, crianças que ficam em casa de passagem esperando adoção, instituições filantrópicas maiores, como: Hospital da Baleia e Santa Casa da Misericórdia.

Quanto a eficácia das políticas de combate à fome no Brasil além dos Bancos de Alimentos, o entrevistado 1 afirma que já melhorou bastante nos últimos anos. Tínhamos por exemplo uma política de doações de alimentos falha, as empresas tinham alimentos e não poderiam doar, como supermercados, sacolões ou até mesmo um hotel que quisesse doar parte do café da manhã deles que ora sobrara não podiam fazer isso, pois, era proibido por lei. No entanto, em junho de 2020 foi sancionada uma nova lei que permite e habilita doações de excedentes de alimentos para o consumo humano (Lei 14.016 de 24/06/2020), habilitando padarias, supermercados, *buffet*, sacolões dentre outros a doação. Nestes casos a nutricionista ou o responsável pelo estabelecimento ficam responsáveis em analisar se os alimentos recebidos estão ou não em condições de serem consumidos, então, isso abriu portas para que aconteça muito mais doações de alimentos e ajuda no combate do desperdício ou no combate

à fome, uma ótima iniciativa, mas, o problema é a divulgação, as pessoas não sabem como fazer, tem medo de realizar. Temos que começar a partir daí um trabalho maior na divulgação, conscientização para que esse varejo faça essas doações.

Hoje, os esforços estão diretamente ligados no atacado da Ceasa Minas, nas distribuições, em perdas e neste processo do fluxo alimentar, mas o varejo hoje, desperdiça muito também, os estabelecimentos que buscam na Ceasa Minas, como supermercados, padarias, lanchonetes, sacolões, bares, restaurantes, *buffe*t, hotéis, *self-service* onde o desperdício é grande. Os bancos de alimentos, são políticas públicas fortes nessa questão, apesar de terem perdido um pouco da natureza original dos bancos de alimentos e desperdícios depois que surgiu o PAA: Programa de Aquisição de Alimentos que funciona como um programa. O Governo Federal em geral disponibiliza recursos financeiros para fazer aquisição de alimentos de pequenos produtores rurais e favorecer a cultura familiar.

Quem operacionaliza esse processo de receber esse dinheiro e comprar os alimentos dos agricultores e familiares são os bancos de alimento. Então os bancos de alimentos públicos estão muito focados em pegar dinheiro do Governo Federal para comprar alimentos novos. Isso é muito interessante, é muito bom, mas eles perderam essa origem dos bancos que é o combate de desperdício. Se você pegar alguns bancos hoje, você perceberá que os 100% dos recursos recebidos, 90% serão usados para compra de alimento novo e 10% no combate ao desperdício, bem diferente do Instituto Ceasa Minas que trabalham 100% de suas ações no combate ao desperdício.

Em sua percepção quanto o impacto do Banco de Alimentos no combate à fome e desperdício na promoção da segurança alimentar e nutricional o entrevistado 1 acredita que ao todo não é uma coisa ruim, porém, mal administrada. O certo seria existir uma regra para que todo banco de alimento pudesse trabalhar com 50% de PAA e 50% no combate ao desperdício, então tem que ter uma cota mínima para não perder essa motivação de trabalhar no combate ao desperdício, para ter um recurso hoje é fácil, pegar o dinheiro hoje e comprar, mas a parte de combate do desperdício se perdeu muito ao longo desse processo, devido à complexidade, por dar muito trabalho ficando mais difícil.

Um exemplo bem simples, fica fácil exemplificar: O Instituto Ceasa Minas doou para Belo Horizonte em 2019, 360 toneladas de comida só para o município de Belo Horizonte sem custo nenhum. No entanto o município de Belo Horizonte, tem um banco de alimentos e receberam R$ 1.200.000,00 em 2019 e doaram 380 toneladas de comidas, ou seja, 20 toneladas apenas, a mais do que o Instituto doamos para eles e custaram para o governo

federal um milhão de duzentos mil, o banco de alimentos do instituto, no entanto, não recebeu nada por isso.

O Instituto Ceasa Minas possui Planejamento Estratégico como norte das ações dos projetos, programas e planos. O entrevistado 1 comenta que essa nova gestão foi organizada a tornar o banco em um empreendedorismo social, sendo independente financeiramente, esse é o principal objetivo aqui, por isso a importância do mix de legumes que é vendido como forma de independência financeira dos recursos públicos para manter o banco funcionando. Para nos tornar altamente suficientes, desenvolvemos o nosso próprio produto que é a desidratação de alguns legumes e que agregam valor e essa sopa.

O entrevistado 1 entende que o planejamento estratégico serve de norte na busca da independência financeira para possibilitar a continuidade do projeto funcionando, porém, muitos não entendem essa postura, alegando que pelo fato de sermos uma instituição sem fins lucrativos não poderíamos comercializar nada. Porém, o que torna uma instituição sem fins lucrativos é a proibição de distribuição de lucros é só isso, o que não quer dizer que como o gestor do banco de alimentos não posso traçar metas para se ter um resultado superavitário.

O lucro é necessário para manter o banco em funcionamento, sendo vetado apenas distribuí-lo. O entrevistado 1 acredita que se todo projeto social funcionasse assim, todos teriam vida longa, com sustentabilidade e responsabilidade social redobrada. Ficar dependendo de recursos públicos é muito complicado, pois isso vai depender do plano de governo que assumir o poder, e pode ser que este tipo de política social que desenvolvemos pode não ser interessante para o governo e sem recursos o banco acabaria por não ter buscado durante a sua existência condições de se manter. Buscar a sustentabilidade através de recursos próprios essa é a nossa estratégia.

Coltro e Pazzini (2016) diz que a arte de planejar faz parte do desenvolvimento e da evolução humana. O processo de expansão das civilizações exigiu o desempenho de tarefas planejadas e corretamente executadas, transformando e estruturando a conscientização do uso exato dos recursos disponíveis. Por esse ângulo, a gestão do Planejamento Estratégico, recebe significativa relevância, delineado como um sistema integrado de tomada de decisões, permite prever, antever e antecipar ações, que reduzam as incertezas e os riscos e elaborarem alternativas. Nesse contexto, dispõe-se de padrões para transformar táticas, alterar estratégias, otimizar as condições e perspectivas em um dado cenário.

É importante ressaltar que a metodologia de composição dessa ferramenta gerencial, é conduzida através de três estágios, o primeiro corresponde ao conhecimento do ambiente

externo, explorando ameaças e oportunidades, o segundo garante o entendimento do ambiente interno, determinando os pontos fortes e os pontos fracos e, o terceiro define o plano estratégico (composto por missão, visão, objetivos e vantagens competitivas). Além de citar os principais benefícios conquistados, dentre os quais referem-se à uma organização eficaz, que garante a maximização de operações de produção, compras e vendas, otimização no manuseio da gestão de finanças e recursos humanos e potencialização de recursos, resultados e lucro.

É importante que o Instituto discuta o seu planejamento estratégico de longo prazo, uma vez que se trata de uma gestão de caráter político. Isso servirá de norte para os próximos gestores futuros.

O Instituto possui gestão de custos. O entrevistado 1 menciona ter uma planilha de excel em que é controlado todos os custos fixos e variáveis relacionados com a funcionalidade do banco de alimentos, onde tentam ser os mais enxutos, em relação aos gastos, ou seja, tenta-se reduzir os custos o tempo todo. Assim, é preciso ficarmos atentos ao que temos de receita para não realizar gastos que não se tenha condições de liquidá-los.

Para Martins (2018), custo representa todos os gastos relativos a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços. Empregando a palavra custos na gestão empresarial, de modo geral pode ser verificar que o maior objetivo das organizações é controlar, diminuir todos os gastos dentro da empresa gerando assim maiores resultados econômicos e financeiros. Deste modo, para que a gestão de custos na produção de um produto ou serviço aconteça é necessário apurar, controlar os gastos na produção de um produto ou serviço. Tal apuração e controle são essenciais, pois se uma organização não sabe quanto gasta na produção dos bens e serviços ela não terá condições de tomar decisões, tais como: quais custos cortar, qual preço de venda utilizar, dentre outras informações relevantes que irão assegurar a sobrevivência econômica e financeira da empresa no mercado.

Quanto ao armazenamento de informações referente as entidades e parceiros, o entrevistado 1 respondeu que o instituto tem um sistema informatizado que foi desenvolvido exclusivamente para um banco de alimentos. Esse sistema permite que se dê entrada e saída de todos os produtos que são recebidos. O sistema tem um *desbord* que mostra tudo que foi arrecadado e doado no ano passado e o que foi doado esse ano, tudo que já foi captado dentro do mês, quantas instituições são atendidas, quantas pessoas são beneficiadas, o que foi descartável do ano passado até agora e o que virou ração animal.

É possível fazer um comparativo de tudo que foi doado semana por semana além do comparativo desse ano e o ano passado que mostra claramente. Depois que começou a

COVID-19, as doações despencaram porque o fluxo na Ceasa Minas mudou, restaurantes fechados, os produtores passaram a trazer uma quantidade menor para comercializar, passaram a colher menos e trazer somente o necessário de acordo com a procura, ou seja, passaram a vender muito menos do que vendia antes da pandemia.

As transformações ocorridas no mundo nas últimas décadas acabaram por reconfigurar o ambiente empresarial e o papel no qual se inserem os atores sociais, criando novos desafios e oportunidades para as organizações, sejam elas, de caráter público, privado ou, ainda, do terceiro setor.

Alvarenga Neto e Ramos Neto (2002), sugerem que há um reconhecimento de que a informação, como qualquer outro recurso organizacional é um recurso que necessita ser gerenciado para ajudar as organizações a melhorar sua produtividade, competitividade e performance geral.

Davenport (1998, p. 173), define gestão da informação como sendo um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento. Pode-se considerar que a gestão da informação, para este autor é um processo e como tal faz-se necessário identificar todos os passos de um processo de informação – todas as fontes envolvidas, todas as pessoas que afetam cada passo, todos os problemas que surgem – pode indicar o caminho para mudanças que realmente fazem diferença (Davenport, 1998, p. 173).

O Instituto Ceasa Minas possui ferramentas utilizadas como auxílio no processo de tomada de decisão como: planilha de custos, sistema informatizado de entrada e saída de doações, as próprias informações de vendas da Ceasa Minas. Caso exista um aumento de vendas de produtos e uma queda nas doações é necessário que seja revisto em que ponte as ações do Instituto devem ser melhoradas ou intensificadas para rever o quadro. O que aconteceu por exemplo com a COVID-19, é que o número de doações caiu mais que a redução do volume comercializado no entreposto. A concorrência das pessoas que estão pedindo alimento diretamente aos produtores e lojistas.

Esse novo cenário que se instalou no Brasil e no mundo, desde março de 2020, no cenário econômico, em razão da Covid-19, tem deixado toda sociedade pensativa, surpresa, perplexa na formulação de novos cenários, uma vez que vários setores da economia estão retraídos. Produção, consumo, emprego, renda são variáveis que estão em mutação o tempo todo, e estes fatores trouxeram impactos significativos na redução no recebimento de doações de alimentos o que impacta nas doações para as instituições. É um momento delicado, onde todos estão sofrendo e é importantíssimo acompanhar mais de perto estes impactos no

combate à fome no sentido de monitorar o que pode ser feito neste tempo de crise para minimizar os efeitos negativos que assolam as classes dos mais vulneráveis na sociedade.

Quanto a saúde financeira da instituição o entrevistado 1 disse que estão no azul, porém sem sobra de caixa para novos investimentos. Com as contas em dia. O entrevistado 1 salienta que quando iniciou seu trabalho em de 2016 como gestor, o déficit financeiro era gigante. Os recursos, além de bem regrados, o Instituto devia tributos e a contabilidade de dois anos sem pagar. No momento está tudo em ordem, porém não foi fácil.

O setor financeiro da companhia precisa, necessariamente, estar bem organizado, de maneira que permita um ambiente adequado às funções que nele serão desempenhadas. Basicamente três atividades-chaves um administrador financeiro gerir que são o planejamento e análise financeira, tomadas de decisões sobre investimentos e tomadas de decisões sobre financiamentos. Para que as atividades sejam exercidas com eficiência o mais importante é o domínio das informações financeiras. Para tanto é preciso certificar-se de que todos, absolutamente todos os registros financeiros, sejam devidamente realizados e que retratem de forma fiel as atividades realizadas dentro da organização. Além disso, precisam estar devidamente organizadas para permitir uma melhor leitura dos números (Gitman 2010).

Segundo o entrevistado 1 existem projetos para expansão para outras regiões do Brasil, há conversas com o Mesa Brasil para tentar fazer uma parceria para poder levar aos municípios principalmente os que são atendidos pela Ceasa Minas, como é o caso de Uberlândia, que possui um banco de alimentos em seu entreposto, que é gerido hoje pela Ceasa Minas. Existem tentativas de expandir o banco de lá. Foram feitas também consultoria para a cidade de Fortaleza para desenvolvimento de um projeto igual da Ceasa de Maracanaú do Ceará que foi implantado há 12 meses. Este é considerado um filho e é o espelho do nosso aqui de Contagem, MG, Brasil, tudo que tem aqui tem lá. Hoje está melhor do que a gente, serviu para levar alguma semente para alguns lugares.

Esse projeto do Mesa Brasil é um excelente projeto, visto que é um programa de integração nacional de bancos de alimentos contra a fome e o desperdício cujo objetivo é a contribuição para a cidadania e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação pobreza em uma perspectiva de inclusão social. É um programa de segurança alimentar e nutricional, baseado em ações educativas e de distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização, mas que ainda podem ser consumidos.

Quanto a expansão das ações do Banco de Alimentos para Exterior, o entrevistado 1 disse que já surgiu algumas discussões sobre levar a ideias do mix, que é a sopa de

alimentos desidratados, porém, no momento, o foco ficará apenas no Brasil onde muita coisa deve ser feita, mas não descarta no futuro de ir além das fronteiras.

5ª Dimensão (Constrangimentos)

Em relação a esta dimensão buscou inferir elementos de vantagens ou potenciais constrangimentos acerca dos Bancos de Alimentos na ótica dos atores envolvidos na implementação do mesmo

Sobre o impacto que o Banco de Alimentos provoca na sociedade em seu entorno, na cidade de Contagem e no Estado de Minas Gerais, o entrevistado 1 disse que de forma ampla o banco de alimentos atende hoje cento e oitenta instituições de vinte municípios no entorno da Ceasa Minas, Contagem até um raio de 200 km. São atendidas 27.489 pessoas por semana, um número bem expressivo. As instituições que precisam devem entrar em uma fila, pois no momento não é possível o cadastramento de mais ninguém por excesso de espera, uma vez que as que já estão na fila recebem esporadicamente a contribuição. Então, vem em torno de 60 instituições por dia buscar os alimentos.

É importante ressaltar que, para todas as instituições que procuram o Instituto, é feito o pré-cadastro, o que lhes garante a possibilidade de receberem doações em casos específicos, como quantidade muito elevada e alimento com estado de maturação muito rápido. Neste caso, procura-se fazer chegar nas mãos de quem precisa, independentemente daquelas que já estão cadastradas e recebem semanalmente.

Apesar de todos os esforços do banco de alimentos para atender as instituições cadastradas, as pessoas físicas, ou melhor, os catadores de alimentos dentro do entreposto, acabam motivando os lojistas a jogarem alimentos nos lixos para que os mesmos possam catar. Se o banco de alimentos conseguisse gerir um projeto onde houvesse uma parte dos alimentos doados diretamente para as famílias, com critérios estabelecidos pelo serviço social, como cadastro único que o governo já utiliza para vários benefícios, atenderia as comunidades do entorno, os lojistas passariam a não jogar o alimento no lixo, o número de catadores reduziria ou até mesmo seriam extinto, o número de alimentos arrecadados pelo banco aumentaria.

Sobre as principais dificuldades (barreiras) encontradas pelo Banco de Alimentos juntos às Instituições doadoras, o entrevistado 1 considerou a desconfiança e o desconhecimento.

Primeiramente, o desconhecimento, pois ainda tem empresas que estão a mais de vinte anos em operação dentro do entreposto da Ceasa Minas e nem imaginam que o bando de alimentos exista, nunca vieram aqui, as vezes doam e nunca vieram. Quando o doador vem pessoalmente no Instituto chega a se espantar, por não saber que o trabalho é tão bem organizado e sério.

Muitos doam, porém não tem noção do trabalho que realizamos aqui. Hoje na Ceasa Minas tem em média, 661 lojistas e 2.300 produtores rurais trabalhando. O banco de alimentos conta com apenas 90 doadores fixos, que por sinal é muito pouco pela quantidade de lojistas e produtores, e por não terem muito tempo, fica difícil de aceitarem o convite para estar vindo junto ao banco para conhecer todo o trabalho, então não nos procuram. Quanto a desconfiança, esse é outro problema enfrentado pelo Instituto. Pelo fato de no passado terem acontecido desvios de alimentos para fazer "politicagem", troca de favor, "compra de votos por comida", é muito triste, mas aconteceu. Isso também é um fato sério que dificulta as doações. Apesar de todos estes entraves, hoje melhorou e muito.

Sendo estes fatores a desconfiança e o desconhecimento como entraves, é interessante que o banco de alimentos possua um planejamento estratégico para monitorar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades. Um bom trabalho de marketing com monitoramento constante é possível mostrar tanto para os lojistas como para a sociedade como um todo, que o trabalho desenvolvido atualmente é sério. O trabalho que o Instituto Ceasa Minas realiza se torna um marketing social para as parcerias, uma vez que a sociedade cada dia vem cobrando mais responsabilidade social empresarial e ambiental das empresas onde realizam negócios.

Segundo Bernardi (2006), a condição primordial para uma aliança bem sucedida é o respeito mútuo, confiança, crença, transparência, ética e valores compartilhados entre as empresas, pois mesmo com os melhores profissionais se não houver estes valores, as chances de sucesso são muito pequenas. Ao buscar alianças estratégicas, os parceiros procuram por empresas que possuam filosofias coerentes.

As empresas estão buscando parcerias com seus consumidores e fornecedores; elas estão fazendo do relacionamento a principal estratégia para sobreviverem no mercado mais competitivo, ou seja, este de fato é o marketing de relacionamento. É importante conquistar e construir a satisfação do cliente externo por meio de produtos de qualidade e que possuem benefícios para o consumidor, portanto, a demanda de produtos e serviços passa a ser o diferencial que estabelece vantagem competitiva em relação a outras empresas. (Cobra, 2009, p. 21).

Kotler e Armstrong (2000, p.475) afirmam que: “clientes satisfeitos tem maior probabilidade de se tornar clientes fiéis, e clientes fiéis tem maior probabilidade de dar à empresa uma participação maior em sua preferência”.

Quanto aos principais desafios encontrados pelo Banco de Alimentos junto as Instituições recebedoras, o entrevistado 1 mencionou que é o caso da verdade em relação a sua real necessidade. Todas as informações inseridas no cadastro são verificadas *in loco* pelo Serviço Social. Primeiro, visitamos a instituição, conferimos a real necessidade para assim capacitá-la a receber alimentos. É feito também um trabalho de checagem para saber o público que a instituição atende, para dimensionar a quantidade de alimentos que será doada. É analisado tudo, se o local possui cantina, vasilhas, fogão, geladeira, enfim, se realmente aquele lugar irá preparar os alimentos e se tem condições de oferecer a refeição para o seu público.

Os critérios devem nortear qualquer política pública social, uma vez que atenderá uma fatia em decorrência da capacidade estabelecida.

6ª Dimensão (Impactos)

Em relação aos impactos da política pública buscou mensurar o resultado alcançado pelo programa Banco de Alimentos na gestão do período de 2017 a 2020

Quando questionado sobre a quantidade de alimentos recebidos dos lojistas (empresários) para doação, o entrevistado 1 informou que em 2017 foram 1.570.087 quilos, em 2018 foram 1.688.661 quilos, em 2019 foram 1.733.259 quilos e em 2020 foram 1.369.000 quilos.

Quando questionado em relação a quantidade de alimentos doados para as associações, o entrevistado 1 afirmou que em 2017 foram 1.276.145 quilos, em 2018 foram 1.482.270 quilos, em 2019 foram 1.570.445 quilos e em 2020 foram 1.245.906 quilos.

O entrevistado 1 afirmou que a quantidade de alimentos doados por falta de reaproveitamento para repasse às doações, foram: em 2017, 93.942 quilos; em 2018, 206.391 quilos, em 2019, 162.814 quilos e, em 2020, 123.094 quilos.

Quando questionado sobre o número de entidades cadastradas no programa, número de entidades doadoras e pessoas beneficiadas, o entrevistado 1 afirmou serem 181 instituições cadastrada, 99 entidades doadoras. Quanto ao público beneficiado, o entrevistado 1 respondeu que são aproximadamente 27.489 pessoas.

Quando questionado sobre quais os tipos de Instituições beneficiadas pelo programa, o entrevistado 1 respondeu que são creches, centro de apoio para idosos, famílias, casas de passagem, hospitais, cooperativas, atendimento a crianças e adolescentes, escolas e igrejas.

Sobre quais os tipos de alimentos recebido em doações, o entrevistado 1 elencou os alimentos: legumes, verduras, frutas e alguns cereais.

Para finalizar a entrevista foi solicitado ao Senhor o entrevistado 1 a quantidade de alimentos não perecíveis que foram recebidos nos anos de 2017 a 2020. Ele respondeu que em 2017 foram 22.628 quilos, em 2018 foram 19.199 quilos, em 2019 foram 13.906 quilos e em 2020 foram 16.804 quilos.

Considerações Finais

Ao fim da pesquisa conseguiu-se compreender de que modo o banco de alimentos como política pública social contribui para o combate à fome, desnutrição e desperdício de alimentos no Brasil. A pesquisa partiu da análise da implementação e avaliação da política do Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, seus atores

Os Bancos de Alimentos possuem, como seu maior propósito, a arrecadação de doações alimentares que se encontram fora dos padrões de comercialização e seriam posteriormente descartadas. Esses alimentos têm suas propriedades nutricionais inalteradas, sem qualquer tipo de contaminação microbiológica e não oferecem risco ao consumo humano.

Foi possível identificar que a modalidade de Bancos de Alimentos analisada no estudo em questão pode diferenciar-se de outros bancos de alimentos tanto no próprio Brasil como no exterior. Foi possível mensurar diferenças no que ser refere a concepção de um banco de alimentos. Existem Bancos de Alimentos que contribuem apenas como política social no combate à fome. No entanto o Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas contribui tanto no combate à fome como no combate ao desperdício, pois se trata de um instituição instalada dentro de um entreposto de abastecimento de alimentos com mais de 600 empresas instaladas e pelo seu porte, é considerada como uma das centrais de abastecimento mais diversificadas do Brasil e do mundo.

Foi possível esclarecer que tanto a implementação como a avaliação de um banco de alimentos dependerão diretamente da primeira fase das políticas públicas que é a implantação. Tudo está relacionado com os recursos financeiros, sendo este o fator que mais impacta a dimensão de uma política pública.

Em relação do Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, foi possível constatar que a falta de recursos financeiros do Estado, tanto na esfera municipal, estadual ou federal inviabilizou que a política alcançasse um cenário mais otimista visto que existe uma capacidade ociosa tanto pela falta de recursos operacionais como: recursos humanos e materiais relacionados principalmente na busca de potenciais doadores, uma vez que ficou comprovado que existem instituições na fila de espera.

É importante ressaltar que as estratégias de captação de alimentos usadas no banco de alimentos, devem ser intensificadas, com alinhamento ao Planejamento Estratégico, visto que no estudo o marketing é visto como uma oportunidade no negócio, ou seja, uma estratégia de captação de novos parceiros fará com que o banco aumente o fluxo de doações.

Para melhorar a distribuição de competências e de recursos (orçamentários, financeiros e outros) entre as estruturas burocráticas e entidades com responsabilidade pela concretização do banco de alimentos, é recomendado a implantação do planejamento estratégico para auxílio e orientação na tomada de decisão juntamente com o sistema de custos para gerenciar a fábrica do mix de legumes na formação correta do preço de venda.

Foi possível analisar os mecanismos associados a priorização dos públicos e ou instituições destinatárias dos alimentos trabalho para compreender o espaço de intervenção dos assistentes sociais nas cadeias de funcionamento do Banco de Alimentos, serviço único e exclusivo do serviço social que faz visita *in loco* constantemente para analisar o cenário de quando foi liberado para saber se a quantidade é suficiente ou se a instituição deve ser descredenciada, uma vez que existe uma fila para cadastro para receber doações fixas. Essa análise crítica e reflexiva canalizou para a sugestão de um novo projeto que vise atender às famílias moradoras no entorno da Ceasa Minas, chamada de catadores de alimentos.

A instrumentalização usada pelos profissionais do serviço social do banco de alimentos para garantir uma política mais justa da distribuição dos alimentos está mais associada às condições econômicas das instituições, que são percebidas pela observação, entrevista e visita *in loco*. Existe um trabalho exaustivo o serviço social por necessitar descredenciar uma instituição, mesmo sabendo que necessitam das doações, para cadastramento de uma que necessita mais. Caso houvesse investimentos adequados no Banco de Alimentos ao invés de descredenciar estaria credenciando outras, visto que o banco trabalha com capacidade ociosa e existem potenciais doadores dentro do entreposto, mas faltam principalmente orçamento para contratar novos recursos humanos.

Quanto aos maiores desafios que o banco enfrenta decorrentes de potenciais constrangimentos que enfrentam, é necessário combater a desconfiança que os potenciais

lojistas ou produtores possam ter sobre a imagem negativa do banco de alimentos atribuído a fatos passados e o desconhecimento, sendo que estas barreiras são possíveis de serem combatidas, para deixarem de serem pontos negativos ou ameaçadores, com ações de marketing resultante de planejamento estratégico bem elaborado e acompanhado.

A percepção dos atores implementadores acerca do impacto do Banco de Alimentos no combate à fome e desperdício na promoção da segurança alimentar e nutricional são coerentes com a missão, a visão, o negócio, e os valores preestabelecidos, e o motivo de existir da instituição assim como seus objetivos. Foi possível entender o que cada autor contribui com ações capazes de promover a redução do desperdício no combate à fome.

É importante salientar que o processo de avaliação do impacto que o banco de alimentos causa na sociedade em geral, está diretamente ligado aos indicadores previamente estabelecidos no planejamento estratégico. O alcance desses indicadores representa uma avaliação positiva. Em todos os anos houve uma avaliação positiva visto que o não alcance de alguns meses em 2019 e de todos os meses em 2020 está diretamente ligado a pandemia da Covid 19, onde houve uma retração na economia como um todo e as doações reduziram de forma significativa.

O resultado alcançado pelo programa Banco de Alimentos na gestão do período de 2017 a 2020 são condizentes com o cenário que está estabelecido. Porém metas desafiadoras serão capazes de provocar mudanças, mesmo que em cenários futuros. Apesar do banco de alimentos trabalha com capacidade ociosa em relação a sua capacidade de instalação, dentro do que foi recebido, o Banco conseguiu doar uma quantidade significativa de alimentos com uma baixa perda, pois o alimento que não serve para alimentação de seres humanos, servem como ração animal e somente serão descartados para o lixo, enviados para os aterros se não servirem como ração. Pelos números observados é possível identificar uma gestão eficiente, eficaz, efetiva compromissada e com potencial para crescimentos em médio prazo.

É possível perceber uma preocupação do serviço de nutrição com a proposta de minimizar o desperdício com o Aproveitamento Integral de Alimentos. O AIA é a utilização de um determinado alimento em sua totalidade. Isso significa usar os recursos disponíveis sem desperdício, reciclar, respeitar a natureza e alimentar-se bem. Mais do que economia, é saúde. Essa preocupação em repassar para os recebedores dos alimentos mostra a sensibilidade do programa em conscientização, principalmente os usuários que receberão esses alimentos frutos de um trabalho social. Sabe-se que partes como talos, folhas, cascas e sementes de alimentos são, muitas vezes, mais nutritivos que as partes usualmente consumidas. No entanto, o desperdício dessas partes é muito grande. Por meio da

conscientização e educação nutricional à população, o AIA- Aproveitamento Integral do Alimentos é uma ferramenta fundamental contra perdas e desperdícios de alimentos.

Faz-se necessário de caráter de urgente que esforços sejam multiplicados no sentido de buscar intensificar o volume de alimentos arrecadados. Metas desafiadoras devem ser inseridas no planejamento estratégico para que o Banco de Alimentos possa crescer sem se comprometer financeiramente, tudo de forma sustentável. O trabalho que o Instituto Ceasa Minas realiza se torna um marketing social para seus parceiros, uma vez que a sociedade cada dia vem exigindo mais responsabilidade social, empresarial e ambiental das empresas onde realizam negócios. Os lojistas devem ser visitados expostos sobre as vantagens de doar alimento diretamente para o banco e não de forma aleatória praticada por pedintes que muitas vezes não pede para utilização e sim para vendê-los, onde além de contribuir no combate à fome, promove ações no combate ao desperdício reduzindo assim a quantidade de lixo que são enviados para os aterros.

Para solucionar ou minimizar o problema da fome existem alimentos sendo semeados, plantados, processados, armazenados, colhidos, distribuídos e doados. Para o desperdício somente a conscientização, pois se trata de um arranjo cultural e este somente a educação pode produzir efeitos significativos. Para muitos problemas sociais, somente com a iniciativa política algo pode acontecer, porém uma boa parte depende apenas de iniciativas da própria sociedade. Esse foi um dos desafios mais observado pelos integrantes do Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas ao qual finalizo esta pesquisa parabenizado pelo excelente trabalho desenvolvido.

Referências Bibliográficas

Adas, M. (1988). A Fome: Crise ou Escândalo? São Paulo. Moderna.

Alvagenga N. R. C. D., & Ramos Neto, J. T. de. (2002). Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações: Resultados de análise de casos relatados em organizações públicas e privadas. Escola de Ciência da Informação da UFMG.

Aranha, A. (2010). Fome Zero. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Volume 3, Brasil.

Ballou, R. H. (1993). Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas.

Banco de Alimentos - ONG. Relatório de atividades 2018. Disponível em: <https://www.bancodealimentos.org.br/wp-content/uploads/2019/04/0326-relatorio-oba-2018_textorevisado_design_fim-quad_20190416.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

Baptista, P. (2007). Higiene e Segurança Alimentar no Transporte de Produtos Alimentares, Editora Forvisão - Consultoria em Formação Integrada, S.A. - ISBN 978-972-8942-01-4. (2007).

Bardin, L. (2002). Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.

Brasil. Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L9790.htm> Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

Brasil. Emenda constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm> Acesso em: 12 de jan. de 2021.

Brasil. Secretaria do Planejamento e Orçamento (2019). Manual de Critérios para a Elaboração das Políticas Públicas. São Luís.

Belik, W., Cunha. A.R. A, & Costa, L. A. (2012). Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil; Planejamento e políticas públicas, Brasília.

Belik, Walter, Silva, J. G., & Takagi, M. (2012). Políticas de combate à fome no Brasil. SciELO, São Paulo.

Belo, E. M. C. da F. (2017). Gestão do processo de formulação, implementação e avaliação da política pública de cooperação para o desenvolvimento: Análise na perspectiva da governança. ISCSP, Lisboa.

Bernardi, L. A. (2006). Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação. São Paulo: Atlas.

Boechat, A. M. da F. (2014) Políticas públicas e sociais. Paraná: Unicesumar.

Bonfim, J. B. B. (2004). As Políticas Públicas sobre a fome no Brasil. Conlege, Brasília.

Bowersonx, D. J., & Closss, D. J. (2001). Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas.

Bueno, P. H. T.. (2019). Panorama geral das perdas e desperdício de alimentos e soluções para o acesso à alimentação. 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Alimentos) - Universidade Federal de Uberlândia, Patos de Minas.

Ceasaminas. (2009). Regulamento de Mercado. Minas Gerais.

Cobra, M. (2009). Administração de *marketing* no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Cobra, M. (1997). *Marketing* Básico: uma abordagem brasileira. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Coltro, A., & Pazzini, D. S. (2016). O Papel do Planejamento Estratégico em uma Organização. Caderno Profissional de Administração da UNIMEP, v. 6, n. 2, p. 136-156.

Creswell, J. W. (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Davanport, T. H. (1998). Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura.

Falconer, A. P. (1999). A promessa do terceiro setor. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo.

FAO. (2014). O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional, relatório 2014. Brasília.

Fernandes, R. C. (1994). Privado Porém Público: O terceiro Setor na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro.

Firmo, A. C. C. & Lima, R. S. Gerenciamento da cadeia de suprimentos no setor automobilístico: iniciativas e práticas. In. Anais do XI Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP. Bauru, 2004. Acesso em: 17 de jan. 2021.

Fischer, A. (2002). Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: Fleury, M., (org.). As pessoas na organização. São Paulo.

Gianezini, K. (2017). Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século XXI. São Paulo.

Gitman, L. J. (2010). Princípios da Administração Financeira. 12 ed. São Paulo – Pearson Prentice Hall.

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29.

Gondim, J. A. M. et al. (2005). Composição centesimal e de minerais em cascas de frutas. Revista Ciênc. Tecnol. Aliment., Campinas, v. 25, pág. 825-827.

Goode, Willian J., & HATT, Paul K. (1972). Métodos em pesquisa social. 4a ed. São Paulo: Nacional.

Glock, R. S., & Gildim, J. R. Ética Profissional é compromisso social. Mundo Jovem. Porto Alegre: PUCRS, 2003, XLI (335):2-3. Disponível em: http://www.bioetica.ufrgs.br/ufrgs.br/eticprof.htm. Acesso em: 03 jan. 2021.

Gonçalves, M. P., Campos, S. T. & Sarti, F. M. (2011). Políticas de segurança no Brasil: uma análise do programa de restaurantes populares. Revista Gestão & Políticas Públicas.

Guedes, M. J. L., Vital, T.W., Menelau, A. S. & Costa, J. M. (2018). Programa Banco de Alimentos do Serviço Social do Comércio em Pernambuco: uma abordagem sistêmica. Pernambuco.

Hayashi, R. (2017). O ciclo de políticas públicas: uma síntese epistemológica**.** 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55955/o-ciclo-de-politicas-publicas-uma-sintese-epistemologica>. Acesso em: 02 de jan. de 2021.

Höfling, E. de M. (2001**)** Estado E Políticas (Públicas) Sociais**.** Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, p. 30-41.

Hübner, M. M. (1998). Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Mackenzie, 1998.

Kotler, P. (1998). Administração de *Marketing*: análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Lüdke, M. & André, M. (1986). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU;1986.

Marques, J. F. (2016). Itinerários de uma política: Olhares sobre o rendimento social de Linserção no concelho de Aveiro. Lisboa.

Martins, E. (2018). Contabilidade de custos. 11. ed. - São Paulo: Atlas.

Mattar, F. N. (1994). Pesquisa de *marketing*. São Paulo: Atlas, 1994.

Mattei, L. (2008). Políticas Públicas de combate à Fome na América Latina: evidências a partir de países selecionados. Pesquisa & Debate, São Paulo.

MDS–SESC, Mesa Brasil; Sociais, Fundação Gaúcha dos Bancos. (2015). Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, SESC – Mesa Brasil, Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais – Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul. (2015). Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. 23 f.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. Rede brasileira de bancos de alimentos. 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/caisan-mds/rede-brasileira-de-bancos-de-alimentos>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2021.

Morgado, L. F. (2011). O Orçamento Público e a Automação do Processo Orçamentário.

Oliveira. E. M. (2018). Gestão em Programas e Projetos Sociais. Maringá. Unicesumar.

Organização das Nações Unidas (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2021.

Pinto, J. S.; Adão, S. A. R. C. (2018). Banco de Alimentos e restaurante popular: um estudo sobre as politicas públicas de combate à fome. Unipampa. Rio Grande do Sul.

Rangel, T. (2016). O programa Banco de Alimentos como instrumento de concreção do direito humano à alimentação adequada. Lex Humana.

Rothgiesser, T. L. (2020). Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor. Disponível em: http://www.terceirosetor.org.br/ Acesso em: 03 de fev. de 2021.

Rico, El. M. (org.). (2007). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. 5ª edição, Editora Cortez. São Paulo.

Rizzo, R. (2016). Análise dos modelos de Bancos de Alimentos: um quadro comparativo entre Brasil, Canadá e Estados Unidos. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas – UNICAMP, Limeira, 44 f.

Rossini, N. (2018) Investimentos públicos em políticas sociais e indicadores de desenvolvimento: analisando a trajetória de municípios do noroeste do Rio Grande Do Sul. Universidade Federal da Fronteira do Sul, Cerro Largo Disponível em: < https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1964> Acesso em: 06 de fev de 2021.

Sebrae (2008). Políticas Públicas: conceitos e práticas. Vol.7 Belo Horizonte.

Selltiz, J. D. C. (1994). Métodos de pesquisa nas relações sociais. 4a ed. São Paulo: E.P.U.

Simoni, C. (2015). Formulação, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas. Valinhos.

Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45.

Tenorico, F. G. (Org.). (2006). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro.

Tissato, C. (2016). A fome e a educação no Haiti: uma ausência de critérios? Revista Acadêmica Licencia&acturas. V. 4, 1, pag. 52-59 janeiro/junho.

Tomazini, C. G., & Leite, C. K.S. (2016). Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão. Revista Sociológica e Política, Curitiba.

Tonin, J. M. (2014). Políticas Públicas e Sociais. Unicesumar. Maringá.

Vasconcelos, F. A. G. (2005). Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição, Campinas.

Vialta, A., Moreno, I. & Valle, J. L. E. (2002). Boas Práticas de Fabricação, Higienização e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle na Indústria de Laticínios: 1 – Requeijão. Indústria de laticínios. p. 56-63, jan.

Walter, B., Cunha. A. R. A. & Costa, L. A. (2012). Crise dos Alimentos do Contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Planejamento e políticas públicas.

Yazbek, M. C. (2003). Fome Zero: uma política social em questão. SciELO, São Paulo.

Yin. R. K. (2007). Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICE - 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da investigação sobre *"**A contribuição dos bancos de alimentos na política de segurança alimentar no combate à fome: o caso do banco de alimentos do Instituto Ceasa Minas, Contagem, Brasil**"*, de responsabilidade do pesquisador Vander Lúcio Sanches.

O participante foi informado (a) de forma clara e detalhada sobre os objetivos e a justificativa da pesquisa que busca: análise do processo de implementação do programa Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, localizado na cidade de Contagem, Minas Gerais, Brasil e a avaliação da gestão e impacto do programa Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, localizado na cidade de Contagem, Minas Gerais, Brasil.

O participante tem conhecimento de que responderá a uma entrevista com um roteiro pré-estabelecido que se referem aos objetivos propostos na investigação. E que também receberá resposta a qualquer dúvida sobre essa investigação, além de outros assuntos relacionados à pesquisa. Também foi lhe informado que a avaliação ocorrerá com a monitorização constante do pesquisador, sendo o procedimento interrompido ante qualquer intercorrência adversa. Não haverá nenhum desconforto psicológico ou risco na sua participação na pesquisa.

O participante compreendeu que os benefícios que serão proporcionados à sociedade são de uma importância imensurável no que tange sobre a contribuição dos bancos de alimentos na política de segurança alimentar no combate a fome e o mesmo terá a garantia de receber acesso aos dados em qualquer etapa do estudo. Também não haverá nenhuma despesa, ficando as custas por conta do pesquisador.

Ele também concorda com a divulgação dos dados obtidos durante a pesquisa, bem

como entende que não será identificado e que se manterá o caráter sigiloso das informações. Também sabe que os dados obtidos serão arquivados e, futuramente, a pesquisa, se possível, publicada para fornecer aos profissionais os dados mensurados.

Sabe que terá total liberdade para retirar o seu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem que isso traga prejuízos ou implicações.

Caso tenha dúvidas sobre o comportamento do pesquisador ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considerar prejudicado (a) na sua dignidade e autonomia, pode entrar em contato com o pesquisador (Vander Lúcio Sanches – Contato (31 9.9600-9228).

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o (a) pesquisador (a).

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2020

_____

Assinatura do Participante

_____

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE - 2

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

IMPLEMENTAÇÃO

Objetivo Geral: Analisar o processo de implementação do programa de Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, localizado na cidade de Contagem, Minas Gerais, Brasil.

PARTE I: DIMENSÕES: ATORES, PROCEDIMENTOS, INSTRUMENTOS E SERVIÇO SOCIAL

1ª Dimensão

A) Atores

Objetivo específico: identificar os atores envolvidos no processo de implantação dos bancos de alimentos na cidade de Contagem, Minas Gerais, Brasil e obter suas percepções sobre a temática de pesquisa.

Objetivos específicos: - compreender o espaço de intervenção dos assistentes sociais nas cadeias de funcionamento do Banco de Alimentos; - analisar os mecanismos associados a priorização dos públicos e ou instituições destinatárias dos alimentos;

Gestor:

1- Qual seu nome, formação acadêmica, cargo, tempo de empresa e experiência na função?

2- Qual é o principal objetivo do projeto banco de alimentos?

3- De que forma é feita a coleta de novos doadores?

4- Como é o relacionamento com as entidades doadoras e as recebedoras das doações?

5- O Banco de Alimentos contribui no combate a fome ou só desperdício?

6- O Banco de Alimentos trabalha com capacidade ociosa?

Nutricionista:

7- Qual seu nome, formação acadêmica, cargo, tempo de empresa e experiência na função?

8- Quais são os tipos de alimentos arrecadados através das doações?

9- É realizado triagem dos alimentos para selecionar os alimentos que são aptos a serem doados para as entidades?

10- A Instituição oferece cursos, orientações para as entidades beneficiadas, de como aproveitar os alimentos, manipular, armazenar para que sejam utilizado o alimento como um todo e da melhor forma possível?

11- Em sua opinião o que motiva o desperdício?

12- De que forma vocês conscientizam as pessoas a utilizarem o alimento integralmente, evitando assim que partes nutritivas sejam jogadas no lixo desnecessariamente.

13- Existe alguma campanha que incentiva as doações para evitar que os lojistas descartem alimentos no container de lixo?

14- Como é realizada o armazenamento os alimentos recebidos?

15- Como é realizada a logística desses alimentos?

16- A quantidade de câmaras frias são o suficiente para o armazenamento dos alimentos recebidos para doação?

17- Existem alimentos doados que já perderam suas capacidades nutritivas? O que é feito?

18- A equipe operacional garante a mesma qualidade dos alimentos recebidos para doação quando doados as instituições recebedoras?

19- O Instituto realiza testes nutritivos desses alimentos?

20- A Vigilância Sanitária do município de Contagem, Minas Gerais, Brasil fiscaliza o banco de alimentos constantemente?

Assistente Social:

21- Qual seu nome, formação acadêmica, cargo, tempo de empresa e experiência na função?

22- Quais são as preocupações que um gestor de banco de alimentos deve possuir em relação aos problemas sociais de desperdício de alimento e erradicação da fome?

23- Qual a contribuição do trabalho do Assistente Social nas políticas sociais de combate a fome, desperdício e segurança alimentar?

24- Como é realizada a triagem das instituições que recebem as doações?

25- Existe um sistema para cadastro das instituições? Se sim quais informações e documentos são necessários?

26- Quais ações o banco desenvolve referente à assistência social?

27- As instituições recebedoras cadastradas no Banco de Alimentos recebem visitas em *in loco* do Assistente Social?

28- É realizada análise econômico financeira de todas as instituições cadastradas no Banco de Alimentos para identificar se necessitam de doações?

29-Todas as instituições que procuram pelo Instituto Ceasa Minas conseguem doações? Se não, o que é feito?

2ª Dimensão

B) Procedimentos

Objetivos específicos: - conhecer as estratégias de captação de alimentos usadas no banco de alimentos; - analisar a distribuição de competências e de recursos (orçamentários, financeiros e outros) entre as estruturas burocráticas e entidades com responsabilidade pela concretização do banco de alimentos,

30- É realizada somente doações de alimentos ou também de recursos financeiros?

31- Como é feito a gestão desses recursos arrecadados?

32- Como é a delegação de tarefas no instituto?

33- Possui responsável para realizar o planejamento dos recursos?

34- Qual o valor dos investimentos recebidos nos últimos quatro anos para realizar a missão do Instituto Ceasa Minas? Foram suficientes? Foram investidos em novos projetos?

3ª Dimensão

C) Instrumentos

Objetivo específico: - conhecer as estratégias e instrumentos de acompanhamento e apoio utilizado no processo de implementação do banco de alimentos;

35- Muitos dos alimentos recebidos para doação são perdidos no processo?

36- As estratégias para a capitação de alimentos são suficientes?

37- A equipe de trabalho é suficiente pela quantidade de alimentos recebidos para doação?

38- É possível intensificar a coleta de alimentos?

39- Os projetos executados pelo Banco de Alimentos garantem a distribuição efetiva?

AVALIAÇÃO

Objetivo Geral: Avaliação da gestão e impacto do programa de Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, localizado na cidade de Contagem, Minas Gerais, Brasil.

PARTE II: DIMENSÕES: GESTÃO, CONSTRANGIMENTOS, IMPACTOS

4ª Dimensão

D) Gestão

Objetivo específico: - analisar a percepção dos atores implementadores acerca do impacto do Banco de Alimentos no combate à fome e desperdício na promoção da segurança alimentar e nutricional.

40- Qual a visão, missão e valores do Instituto Ceasa Minas?

41- Qual o perfil das empresas doadoras de alimentos?

42- Qual o perfil das empresas recebedoras das doações?

43- As políticas de combate à fome no Brasil são eficazes? Conhece outros programas além do Banco de Alimentos?

44- O Instituto Ceasa Minas possui Planejamento Estratégico como norte das ações dos projetos, programas e planos?

45- O Instituto possui gestão de custos?

46- Como é realizado o armazenamento de informações referente as entidades e parceiros?

47- Quais são as ferramentas utilizadas para auxilio no processo de tomada de decisão?

48- Como está a saúde financeira da instituição?

49- Existe algum projeto para expandir as ações para outras regiões do Brasil?

50-Existe algum projeto para expandir as ações do Banco de Alimentos para Exterior?

5ª Dimensão

E) Constrangimentos

Objetivo específico: - inferir elementos de vantagens ou potenciais constrangimentos acerca dos Bancos de Alimentos na ótica dos atores envolvidos na implementação do mesmo;

51- Qual o impacto que o Banco de Alimentos provoca na sociedade em seu entorno? E na cidade de Contagem? E no Estado de Minas Gerais?

52- Quais as principais dificuldades (barreiras) encontradas pelo Banco de Alimentos junto às Instituições doadoras?

53- Quais os principais desafios encontrados pelo Banco de Alimentos junto às Instituições recebedoras?

6ª Dimensão

F) Impactos

Objetivo específico: - Mensurar o resultado alcançado pelo programa Banco de Alimentos na gestão do período de 2017 a 2020.

54- Qual a quantidade de alimentos recebidos dos lojistas (empresários) para doação?

55- Qual a quantidade de alimentos doados para as associações?

56- Qual a quantidade de alimentos que são foram doados, porém não podem ser reaproveitados para repasse às doações?

57- Qual o número de entidades cadastradas no programa (que recebem as doações)?

58- Qual o número de entidades doadoras?

59- Qual o número de pessoas beneficiadas?

60- Quais os tipos de Instituições são beneficiadas?

61- Qual o número de pessoas beneficiadas com os alimentos?

62- Quais os tipos de alimentos recebidos em doação?

63- Qual a quantidade de alimentos não perecíveis recebidos os anos de 2017 a 2020?

APÊNDICE 3

Tabela 1

Síntese das dimensões e constructos contemplados na entrevista

Conceito	Dimensão	Indicadores	Nº das questões do instrumento de recolha
Implementação **Objetivo Geral:** Análise do processo de implementação do programa de Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, localizado na cidade de Contagem, Minas Gerais, Brasil.	*1ª Dimensão* **Atores:** - identificar os atores envolvidos no processo de implantação dos bancos de alimentos na cidade de Contagem, Minas Gerais, Brasil;	Gestor Nutricionista Assistente Social Documentos de entrada e saídas de doações, mapas de localização, fluxogramas, organogramas, plantas baixas, projetos estruturais,	01 a 29
	Serviço Social: - compreender o espaço de intervenção dos assistentes sociais nas cadeias de funcionamento do Banco de Alimentos; - analisar os mecanismos associados a priorização dos públicos e ou instituições destinatárias dos alimentos;	Assistente Social Programa de cadastro, fichas de cadastro, relatórios sociais da instituições recebedoras, pastas, documentos de cadastro.	
	2ª Dimensão **Procedimentos:** - conhecer as estratégias de captação de alimentos usadas no banco de alimentos; - analisar a distribuição de competências e de recursos (orçamentários, financeiros e outros) entre as estruturas burocráticas e entidades com responsabilidade pela concretização do banco de alimentos,	Planejamento Estratégico, Manuais, planilhas, relatórios contábeis, orçamentários, fluxo de caixa, demonstração do resultado.	30 a 34

	3ª Dimensão **Instrumentos:** - conhecer as estratégias e instrumentos de acompanhamento e apoio utilizados no processo de implementação do banco de alimentos;	Planilha de controle de entrada, saídas e perdas e alimentos, quantidade de lixo enviado para aterro, plano de marketing, planilha de quantitativo de empregados Recursos Humanos,	35 a 39
Avaliação **Objetivo Geral:** Avaliação da gestão e impacto do programa de Banco de Alimentos do Instituto Ceasa Minas, localizado na cidade de	*4ª Dimensão* **Gestão:** - analisar a percepção dos atores implementadores acerca do impacto do Banco de Alimentos no combate à fome e desperdício na promoção da segurança	Plano de negócios, Planejamento Estratégico, Fluxo de Caixa, Planilha de Custos, Projetos de Extensão ou melhorias	40 a 50

Contagem, Minas Gerais, Brasil.	alimentar e nutricional. *<u>5ª Dimensão</u>* **Constrangimentos:** - inferir elementos de vantagens ou potenciais constrangimentos acerca dos Bancos de Alimentos na ótica dos atores envolvidos na implementação do mesmo; *<u>6ª Dimensão</u>* **Impactos:** Mensurar o resultado alcançado pelo programa Banco de Alimentos na gestão do período de 2017 a 2020.	- Planilhas de quantidade de alimentos recebidos dos lojistas, quantidade de alimentos doados para as associações, quantidade de alimentos que são foram doados porém não podem ser reaproveitados para repasse às doações, número de entidades cadastradas no programa (que recebem as doações), número de entidades doadoras, número de pessoas beneficiadas, os tipos de Instituições beneficiadas, número de pessoas beneficiadas com os alimentos, tipos de alimentos recebidos em doação, quantidade de alimentos não perecíveis recebidos os anos de 2017 a 2020.	51 a 53 54 a 63